



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 187, DE 2007

(nº 806, de 2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os *agréments* dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Marco Antonio Diniz Brandão que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2007.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma linha decorativa curva abaixo.

Brasília, 22 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Índia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os *agréments* dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* do Senhor **MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO

CPF.: 30724384715

ID.: 5303/MRE

07/03/1949	Filho de Wanderley Gomes Brandão e Circéa Diniz Brandão, nasce em 7 de março, em Belo Horizonte/MG
03/04/1972	CPCD - IRBr
30/12/1972	Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense
15/01/1974	Terceiro Secretário em 15 de janeiro
29/03/1974	Departamento Cultural, auxiliar
03/05/1974	Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assistente
01/10/1975	Embaixada em Bissau, Terceiro Secretário em missão transitória
27/10/1976	Divisão da África II, assistente
20/09/1977	Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário
02/02/1978	Segundo Secretário, por merecimento, em 2 de fevereiro
20/11/1980	Primeiro Secretário, por merecimento, em 20 de novembro
18/03/1981	Embaixada em Maputo, Primeiro Secretário
12/06/1983	Divisão das Nações Unidas, assistente
14/10/1985	Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social
27/04/1987	Secretaria de Imprensa do Gabinete, Subchefe
13/05/1987	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
30/06/1987	Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
12/01/1988	Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, 2a. Classe
03/02/1988	Comando da UNAVEM, Angola, à disposição
05/07/1988	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
16/04/1989	Embaixada em Paris, Conselheiro

08/08/1989	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
02/10/1990	I Reunião do Clube de Paris para a renegociação da dívida da Polônia, Chefe de delegação
02/05/1991	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
30/12/1991	CAE - IRBr, Perspectivas de Independência da Guiana Francesa
12/11/1992	Divisão do Mercosul, Chefe
23/03/1993	Uma Avaliação do Processo Negociador, in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial dos Dois anos do Tratado de Assunção, GETEC/MRE, Brasília, março
25/06/1993	Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 25 de junho
03/05/1994	Embaixada em Roma, Representação Junto à FAO, Ministro-Conselheiro
03/09/1994	I Reunião Extraordinária da Comissão de Recursos Fitogenéticos da FAO, Roma, Chefe de delegação
04/01/1996	Reunião Regional da América Latina e do Caribe sobre Recursos Fitogenéticos, Bogotá, Chefe de delegação
03/05/1996	XII Sessão Extraordinária do Conselho da União Internacional para a Proteção de Novas Variedades Vegetais (UPOV), Roma, Chefe de delegação
30/11/1996	V Conferência Técnica Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, Leipzig, Chefe da delegação
30/06/1997	Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, Diretor-Geral
01/05/1998	A Política Exterior dos Direitos Humanos, com Ana Cândida Perez, in Textos do Brasil, ACS/MRE, Ano II, n.6, Brasília, maio/agosto
01/08/1998	A Declaração Universal dos Direitos Humanos - Monumento Permanente, in Cinquenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, série Pesquisas, vol.11, Fundação Konrad Adenauer, São Paulo
02/09/1998	O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e seu Aperfeiçoamento no Limiar do Século XXI, com Benoni Belli, in Direitos Humanos no Século XXI, org. Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Sérgio Pinheiro, IPRI, São Paulo
05/05/1999	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
30/06/1999	I Reunião Bilateral Brasil/Cuba sobre Direitos Humanos e Temas Sociais, Havana, Chefe de delegação
28/06/2000	Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 28 de junho
30/10/2001	Embaixada em Bangkok, Embaixador
19/12/2001	Embaixada junto ao Laos, Embaixador cumulativo
22/05/2002	Embaixada junto ao Reino da Camboja, Embaixador, cumulativo
23/05/2002	Embaixada junto a República Popular de Myanmar, Embaixador cumulativo

12/09/2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
15/09/2003	V Conferência Anual dos Estados-Partes da Convenção de Ottawa, Bangkok, Chefe de delegação
21/10/2003	II Conferência Internacional de Autoridades Organizadoras de Eleições, Chiang Mai, Chefe de delegação
29/09/2005	"Most Exalted Order of the White Elephant", Tailândia, Grã-Cruz
09/11/2005	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Chefe


DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
Divisão da Ásia e Oceania I



REPÚBLICA DA ÍNDIA

MENSAGEM AO CONGRESSO

Brasília, 28 de setembro de 2007

DADOS BÁSICOS

DADOS BÁSICOS

	ÍNDIA Dados básicos	BRASIL dados básicos
CAPITAL	Nova Delhi	Brasília
ÁREA	3.287.590 km ²	8. 511.965 km ²
POPULAÇÃO	1. 129. 866. 154	190. 010.647
CRESCIMENTO POPULACIONAL	1, 606%	1,008%
EXPECTATIVA DE VIDA	Média: 68, 69 anos Homens: 66, 28 anos Mulheres: 71, 17 anos	Média: 72, 24 anos Homens: 68, 3 anos Mulheres: 76, 38 anos
IDIOMA	Hindi, bengali, telugu, marata, tâmil, urdu, gujarati, malayalam, kannada, oriya, punjabi, assamês, caxemira, sindi, sânscrito e inglês.	Português
RELIGIÃO	Hindu 80.5%, muçulmana 13.4%, cristã 2.3%, sique 1.9%, outras 1.8% e não-especificada 0.1% (censo de 2001).	Católica 73, 6%, protestante 15, 4%, espírita 1, 3%, animista 0, 3%, não-especificada 0, 2%, nenhuma 7, 4% (censo de 2000).
SISTEMA POLÍTICO	República Federativa	República Federativa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Manmohan Singh	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdul Kalam	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
CHANCELER	Ministro Pranab Mukherjee	Ministro Celso Amorim
PIB	nominal: 797,5; PPP: US\$ 4.042 (em bilhões de dólares)	Nominal: 943, 6; PPP: US\$ 1. 616 (trilhão de dólares)
PIB PER CAPITA	nominal: US\$ 840; PPP: US\$ 3.910.	Nominal: US\$ 5.715; PPP: US\$ 9. 133.
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia indiana	Real

MAPA POLÍTICO DA ÍNDIA



POLÍTICA INTERNA

A Índia é uma democracia constitucional, composta de 28 estados e sete territórios da União. O parlamento é bicameral: a câmara baixa, chamada *Lok Sabha* (Casa do Povo), conta com 545 membros; a câmara alta, *Rajya Sabha* (Conselho de Estados), conta com 245. O Presidente da República, cujas funções são de ordem protocolar, é eleito por ambas as Casas e pelos legislativos estaduais.

Após a independência, o Partido do Congresso governou a Índia, com poucas interrupções (1977-80; 1989-90). A partir dos anos 1970, porém, as regiões e estados, religiões e castas, que integravam o Partido do Congresso, passaram paulatinamente a dele se dissociar. Hoje, o sistema político é formado por 41 partidos de diferentes matizes ideológicos, dois quais apenas três de expressão nacional: o próprio Partido do Congresso, o BJP (*Bharatiya Janata*) – principal partido de oposição – e o Partido Comunista Marxista.

Durante o primeiro ano do atual governo (2004-2009), a Aliança Progressista Unida (APU), coalizão que acomoda mais de duas dúzias de partidos políticos, conseguiu manter nível produtivo de convivência, apesar de sinais de tensão. Encabeçada pelo Partido do Congresso, que nunca havia compartilhado poder, a APU apóia-se no carisma de Sonia Gandhi e nos êxitos econômicos de Manmohan Singh para poder governar. O vetor do desequilíbrio no seio da coalizão são os partidos de esquerda, que antepõem obstáculos às reformas econômicas, objetivo maior do Primeiro-Ministro Singh, que a elas deu início em 1991.

A análise do governo atual deve levar em conta, em primeiro lugar, que desde 1996 o cenário deixou de ser dominado por um partido apenas. Com isso, criaram-se coalizões para garantir a governabilidade. As coalizões abrigam políticos de ideologias díspares e convivem com grau considerável de incerteza.

POLÍTICA EXTERNA

Ao longo dos últimos anos, a Índia soube utilizar o crescimento de sua economia e a solidez de suas instituições para posicionar-se como variável de peso no tabuleiro asiático. Suas relações com as potências mais influentes na Ásia - China, Japão e EUA, passam por momento particularmente favorável. Diante do crescimento sustentado do mercado indiano e da necessidade de enfrentar a ameaça do terrorismo, os irritantes históricos com esses países vêm perdendo relevância.

A continuidade da democracia, o secularismo e o multiculturalismo são trunfos que geram confiança na diplomacia indiana, entre os parceiros ocidentais. Por meio de estratégias diferenciadas, como: (a) compras consistentes de equipamento militar; (b) inserção no mercado mundial da população indiana; (c) aspiração de Tóquio e Nova Delhi a um assento permanente no CSNU; e (d) a necessidade de suprir a economia chinesa com *commodities*, a Índia busca valorizar sua parceria com cada uma dessas potências, apresentando-se como força neutralizadora de rivalidades. O jogo de contrapesos torna-se mais complexo à medida que evolui o processo de aproximação com Washington.

A aspiração maior da política externa indiana de consolidar e ampliar a inserção de Nova Delhi na Ásia Meridional e no mundo demanda atividade diplomática intensa. O país enfrenta o desafio de gerar desenvolvimento e bem-estar social. Ao mesmo tempo, lida com problemas de fronteira, de controle de fluxos migratórios e de infiltração de grupos terroristas. A Índia precisa lidar com movimentos insurrecionais (Nepal e Sri Lanka) e vizinhos institucionalmente frágeis (Bangladesh e Myanmar), ademais de valorizar o seu relacionamento com as potências mais influentes na Ásia, bem como com a Rússia e a União Européia.

A busca de equidistância entre as superpotências e o protagonismo no movimento não-alinhado deram à diplomacia indiana grande destaque durante a guerra fria. Desde os anos 1990, as necessidades de crescimento econômico-comercial, bem como interesses na ONU e na OMC, levaram Nova Delhi a modernizar seu perfil universalista, incrementando suas relações, notadamente no campo econômico-comercial, com a ASEAN (*look east policy*), o Oriente Médio, a África e a América Latina.

O fluxo de comércio com a União Européia registrou significativo aumento. A UE absorve 26% das exportações indianas e vende um quarto de tudo o que a Índia importa. Durante a Cúpula Índia-UE, realizada em novembro de 2004 na Haia, foi anunciada parceria estratégica que deverá fazer evoluir o relacionamento, centrado no campo econômico-comercial, para diálogo político regular e cooperação ampla em diversos campos.

A rivalidade histórica entre a Índia e o Paquistão tem sido positivamente influenciada pelo atual ambiente econômico, favorável nos dois países, e pela perspectiva de prosperidade que o equacionamento das diferenças oferece para toda a região do Cáucaso e da Ásia Meridional. Apesar dos resultados modestos, o processo de diálogo multidisciplinar, inaugurado em janeiro de 2004, foi mantido e ampliado pelo Governo Manmohan Singh.

As principais decisões de política externa na Índia são orientadas pelo pragmatismo. Nesse sentido, o discurso da diplomacia indiana reverencia seu papel de liderança no Terceiro Mundo e recorre aos princípios do não-alinhamento, a fim de conferir legitimidade a suas ações.

A Índia procura ampliar seu relacionamento com os países da África e da América Latina para além do formato não-alinhado, à busca de maior densidade econômico-comercial. A nova ênfase data dos anos 1990, paralela ao processo de reforma econômica do Governo Rao, sob o comando de Manmohan Singh. Ainda é relativamente pequena a presença econômica e política da Índia no continente africano, à exceção da África do Sul, com a qual mantém diálogo político intenso e significativo volume de negócios.

Sob a coordenação do Ministério do Comércio, o Governo indiano lançou, em novembro de 1997, o programa *Focus LAC*, que objetiva incrementar as exportações para América Latina e Caribe e buscar novas fontes de suprimento de energia. O programa identificou oito parceiros privilegiados na região: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela. A prioridade concedida à segurança energética mantém a aproximação com esses países em plano importante. As relações econômicas com México e com Chile têm crescido ano após ano. Mas é o Brasil, sem dúvida, o parceiro a que a Índia atribui maior prioridade.

A Chancelaria indiana empenha-se em redinamizar os laços com o mundo árabe, para neutralizar a atuação do Paquistão no

contexto islâmico e consolidar politicamente o seu fornecimento de petróleo. Os gestos diplomáticos para com o Oriente Médio, não obstante dinamismo histórico, convivem com significativo adensamento no relacionamento com Tel Aviv e vultosas compras de material militar israelense.

Com relação à China, fatores que agregam desconforto ao relacionamento bilateral são os movimentos de Pequim para projetar-se na Ásia Meridional e a presença na Índia do Dalai Lama e do Governo em exílio do Tibete. O sentimento de rivalidade, todavia, perde força em função do crescimento econômico e do aumento significativo nos fluxos de comércio bilateral. A aspiração mútua a um mundo multipolar e o interesse em conter a influência norte-americana na Ásia devem contar como fatores de aproximação entre os países.

Em abril de 2005, foi firmada, durante a visita de Wen Jiabao à Índia, a Parceria Estratégica de Cooperação para a Paz e a Prosperidade. Outro destaque dessa visita foi o reconhecimento pela China de que a região do Sikkim é parte integrante do território indiano. Em troca, a Índia reiterou seu reconhecimento da Região Autônoma do Tibete como parte integrante da RPC e reafirmou seu empenho em não permitir que tibetanos desenvolvam atividades contrárias à China dentro do território indiano.

ECONOMIA

A Índia abandonou, desde os anos 90, o planejamento econômico como elemento central de sua estratégia de desenvolvimento. Desde 2004, quando assumiu o governo, o Primeiro-Ministro Singh procura ampliar as reformas econômicas que caracterizaram sua gestão como Ministro das Finanças. De modo geral, a estratégia visa ao aperfeiçoamento do marco regulatório, ao aprofundamento da abertura comercial, à venda de ativos estatais e à redução das restrições ao capital estrangeiro.

O maior desafio para a política econômica indiana reside no lado fiscal. Na atual conjuntura, o principal efeito negativo do alto déficit público é a pequena margem para realizar investimentos em infra-estrutura. O PIB da Índia vem crescendo a mais de 6% ao ano e, para sustentar essa taxa, faz-se necessário investimento crescente em infra-estrutura, especialmente na geração de energia. A limitação na oferta de energia, acentuada pela elevação significativa dos preços do petróleo (a Índia importa 85% de suas necessidades), constitui um dos principais riscos ao desenvolvimento do país.

Parte da estratégia do governo para enfrentar a limitação da poupança pública é atrair mais investimentos estrangeiros e promover as parcerias público-privadas. As reformas nesse sentido têm evoluído devagar, em função da dificuldade de consenso político.

RELAÇÕES BRASIL-ÍNDIA

CRONOLOGIA

- 1948** – Brasil e Índia anunciam a criação de legações;
 - Dutra anuncia a elevação da representação à Embaixada.
- 1949** – Caio de Mello Franco é nomeado o primeiro Embaixador do Brasil na Índia.
- 1968** – Visita oficial da Primeira-Ministra Indira Gandhi ao Brasil.
- 1985** – Acordo sobre Cooperação nos Campos de Ciência e Tecnologia.
- 1992** – Memorando de Entendimento sobre Assuntos de Interesse Comum.
- 1996** – Visita oficial do Presidente Fernando Henrique Cardoso;
 - Assinatura de Acordo de Cooperação Nuclear (denunciado em 1998);
 - Agenda Comum para o Meio Ambiente.
- 1998** – Convenção em matéria de Impostos de Renda;
 - Visita oficial do Presidente Narayanan ao Brasil.
- 2002** – Missão empresarial brasileira à Índia;
 - Primeira reunião do Conselho Comercial Indo-Brasileiro (criado em 1996);
 - Início da cooperação técnica bilateral no campo do etanol;

- Estabelecimento da Comissão Mista em 22/08/02;
- Programa de cooperação científico-tecnológica.
- 2003** – Criação do G-20 e do IBAS (Fórum de Diálogo Índia – Brasil – África do Sul);
- Visita a Nova Delhi do Ministro de Estado das Relações Exteriores (G-20);
- Primeira reunião da Comissão Mista (em Nova Delhi).
- 2004** – Visita de Estado do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva;
- Lançamento do G-4.
- 2006** – Segunda reunião da Comissão Mista (em Brasília);
- Cúpula do IBAS;
- Visita oficial do Primeiro-Ministro Manmohan Singh ao Brasil.
- 2007** – Visita do Ministro de Relações Exteriores à Índia
- III Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia, Nova Delhi
- Visita de Estado do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

As relações entre os dois países datam de 1948 e a única visita de um Chefe de Governo indiano ao Brasil, antes da Visita de Estado do Primeiro-Ministro Manmohan Singh em 2006, foi a de Indira Gandhi, em 1968. Nos últimos dez anos, as visitas de alto nível multiplicaram-se. Isso tem estimulado o conhecimento mútuo de oportunidades em campos como o energético, o farmacêutico, o agrícola, o cultural-educacional e o científico-tecnológico.

Ao assumir seu mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou a importância das relações indo-brasileiras e estabeleceu como meta de política externa de seu governo o

aprofundamento dos vínculos do Brasil com os grandes países em desenvolvimento, como a Índia. As visitas oficiais do Presidente Lula, em janeiro de 2004 e junho de 2007, visaram à consolidação da parceria entre o Brasil e a Índia pela determinação política de “utilizar o potencial e as oportunidades para aprofundar a cooperação de mútuo interesse”.

Em 2005 e 2006, as relações indo-brasileiras continuaram positivamente influenciadas pela convergência de posições entre os países no plano multilateral. Na OMC, Brasil e Índia seguem com a agenda desenvolvimentista de Doha e exercem liderança no âmbito do G-20. Na ONU, a aspiração comum a assento permanente no Conselho de Segurança ampliado e a formalização, em setembro de 2004, do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) conduzem a inédita intensificação das consultas entre as Chancelarias.

COMÉRCIO BRASIL-ÍNDIA

A Índia apresenta características que favorecem intensas relações comerciais com o Brasil. Entre essas características vale mencionar sua população de 1,1 bilhão de habitantes, sua numerosa classe média consumidora bem como a produção e a exportação de produtos intensivos em tecnologia da informação. Não obstante esse quadro favorável, o comércio bilateral, ainda no final da década de 90, não superava a casa dos US\$ 400 milhões anuais.

É a partir de 2000 que o intercâmbio comercial bilateral começa a expandir-se, passando de US\$ 489 milhões a US\$ 828 milhões em 2001, US\$ 1.226 milhões em 2002, US\$ 1.038 milhões em 2003, US\$ 1.207 milhões em 2004 e 2.3 milhões em 2005. Em 2001, as exportações indianas para o Brasil tiveram aumento de 100%, o que gerou um déficit para o Brasil na balança comercial, compensado em 2002, com o aumento de 129% das exportações brasileiras. Desde 2002, ano em que o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu o volume recorde de US\$ 1.226 bilhões, a Índia tem-se apresentado como 4º maior parceiro comercial do Brasil na Ásia, depois de Japão, China e Coréia. O Brasil é, por sua

vez, o maior parceiro comercial da Índia na América Latina, à frente do México.

A intensificação do comércio bilateral dá-se a partir de vigoroso esforço de promoção de exportações empreendido pela Índia, que soube reconhecer a importância do mercado brasileiro. O Governo brasileiro, por sua vez, demonstrou a alta prioridade que concede ao mercado Indiano, ao escolher aquele país como um dos sete mercados prioritários para os esforços de ampliação de exportações. A partir da visita do Presidente Lula à Índia, esboçou-se quadro mais favorável, que culminou com as negociações do Acordo de Preferências Fixas Mercosul-Índia. Embora já assinado, ainda não foi ratificado pelo Congresso Nacional.

De 2004 para 2006, o intercâmbio comercial Brasil-Índia praticamente dobrou, superando a marca dos US\$ 2 bilhões. As negociações comerciais entre o Mercosul e a Índia prosseguem em dois sentidos: (i) aprofundamento das preferências já concedidas; e (ii) ampliação da lista de produtos contemplados.

DADOS BÁSICOS: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS E DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ÍNDIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República da Índia
Superfície	3.287.263 Km ²
Localização	Ásia
Capital	Nova Delhi
Principais cidades	Bombaim, Calcutá, Nova Delhi, Madras, Bangalore, Hyderabad, Ahmedabad
Idiomas	Hindú e inglês
PIB (2006: Estimativa EIU)	US\$ 875,9 bilhões
PIB "per capita" (2006)	US\$ 800
Moeda	Rúpia indiana

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2006.

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
População ⁽²⁾ (em milhões de habitantes)	1.034,2	1.049,7	1.065,1	1.080,3	1.095,4
Densidade demográfica (hab/Km ²)	314,6	319,3	324,0	328,6	333,2
PIB (US\$ bilhões)	506,1	595,0	691,6	797,5	875,9
Crescimento real do PIB ⁽³⁾ (%)	9,0	6,3	6,5	6,5	6,7
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	4,3	3,8	3,8	4,2	6,1
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	67,7	98,9	126,6	131,9	161,8
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	104,8	112,6	122,7	126,2	135,7
Câmbio (R\$ / US\$)	46,01	46,36	45,32	44,10	45,30

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report December 2006.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2002 e 2005: Estimativa EIU.

(3) Ano fiscal iniciando em 1º de abril.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
ÍNDIA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2002	2003	2004 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-3.559	-8.870	698
Exportações	51.141	59.338	20.329
Importações	54.700	68.208	19.631
B. Serviços (líquido)	-1.563	-2.313	-663
Receita	19.478	23.397	7.309
Despesa	21.041	25.710	7.972
C. Renda (líquido)	-3.909	-4.451	-171
Receita	3.188	3.779	1.384
Despesa	7.097	8.230	1.555
D. Transferências unilaterais (líquido)	16.080	22.488	6.891
E. Transações correntes (A+B+C+D)	7.049	6.854	5.755
F. Conta de capitais (líquido)	102	3.839	-990
G. Conta financeira (líquido)	11.882	14.792	4.980
Investimentos diretos (líquido)	3.948	3.261	929
Portfólio (líquido)	1.022	8.216	3.733
Outros	6.912	3.315	318
H. Erros e Omissões	-191	183	326
I. Saldo (E+F+G+H)	18.842	25.668	10.071

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, December 2005.
(1) Janeiro - março.

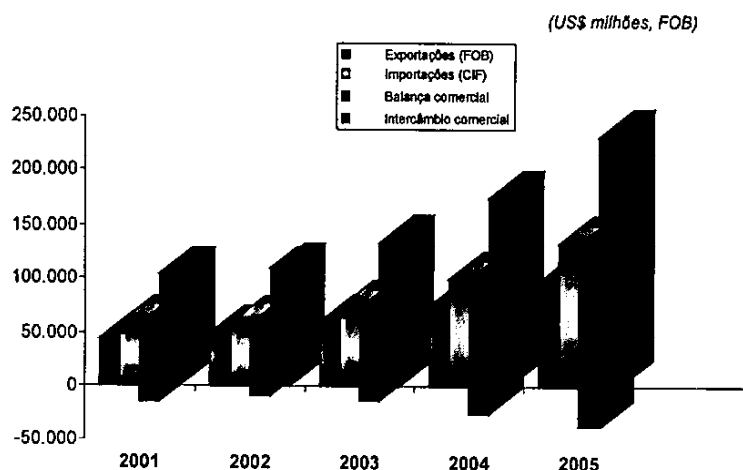
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽²⁾
Exportações (FOB)	45.228	50.496	61.119	75.385	97.918	58.589
Importações (CIF)	59.025	58.912	74.070	99.835	134.690	87.432
Balança comercial	-13.797	-8.416	-12.952	-24.450	-36.772	-28.843
Intercâmbio comercial	104.252	109.409	135.189	175.221	232.608	146.021

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics (DOTS), CD version, December 2006.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) Janeiro-junho

**COMÉRCIO EXTERIOR DA ÍNDIA
2001-2005**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics (DOTS), CD version, December 2006.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total	2006(1)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
China	3.738	5,0%	6.073	6,1%	9.829	7,3%	6.009	7,9%
Estados Unidos	4.890	6,6%	5.981	6,0%	7.591	5,6%	5.141	5,9%
Sulça	3.067	4,1%	5.192	5,2%	6.380	4,7%	3.232	3,7%
Alemanha	2.780	3,8%	3.631	3,6%	5.368	4,0%	3.708	4,2%
Bélgica	3.910	5,3%	4.419	4,4%	4.676	3,5%	3.047	3,5%
Austrália	2.321	3,1%	3.333	3,3%	4.594	3,4%	3.161	3,6%
Emirados Árabes Unidos	1.784	2,4%	3.951	4,0%	4.394	3,3%	2.703	3,1%
Coreia do Sul	2.502	3,4%	3.103	3,1%	4.135	3,1%	2.374	2,7%
Reino Unido	3.120	4,2%	3.382	3,4%	3.815	2,8%	2.538	2,9%
Japão	2.460	3,3%	2.021	2,0%	3.473	2,6%	2.262	2,6%
Cingapura	1.923	2,6%	2.458	2,5%	3.086	2,3%	3.886	4,4%
Indonésia	1.937	2,6%	2.412	2,4%	2.855	2,1%	1.756	2,0%
África do Sul	1.948	2,6%	2.085	2,1%	2.386	1,8%	1.746	2,0%
Malásia	1.901	2,6%	2.177	2,2%	2.366	1,8%	2.409	2,8%
Hong Kong	1.303	1,8%	1.030	1,7%	2.006	1,5%	1.302	1,5%
Rússia	868	1,2%	1.189	1,2%	1.825	1,4%	1.148	1,3%
França	1.092	1,5%	1.311	1,3%	1.801	1,3%	1.562	1,8%
Itália	1.006	1,4%	1.260	1,3%	1.715	1,3%	1.301	1,5%
Arábia Saudita	680	0,9%	1.130	1,1%	1.538	1,1%	946	1,1%
Tailândia	552	0,7%	777	0,8%	1.118	0,8%	839	1,0%
Suécia	653	0,9%	883	0,9%	1.099	0,8%	714	0,8%
Israel	653	0,9%	897	0,9%	1.041	0,8%	668	0,8%
Países Baixos	498	0,7%	703	0,7%	977	0,7%	729	0,8%
Canadá	696	0,9%	735	0,7%	865	0,6%	516	0,6%
Brasil	314	0,4%	650	0,7%	846	0,6%	477	0,5%
Catar	169	0,2%	526	0,5%	839	0,6%	516	0,6%
Ucrânia	225	0,3%	427	0,4%	706	0,5%	405	0,5%
Argentina	494	0,7%	518	0,5%	662	0,5%	380	0,4%
Irã	203	0,3%	300	0,3%	617	0,5%	300	0,4%
Finlândia	252	0,3%	350	0,4%	532	0,4%	225	0,3%
Espanha	238	0,3%	344	0,3%	530	0,4%	360	0,4%
Sri Lanka	169	0,2%	322	0,3%	523	0,4%	300	0,3%
Myanmar	391	0,5%	400	0,4%	494	0,4%	284	0,3%
SUBTOTAL	48.859	66,0%	65.644	65,7%	84.734	62,9%	68.164	66,6%
DEMAIS PAÍSES	25.211	34,0%	34.291	34,3%	49.956	37,1%	29.268	33,6%
TOTAL GERAL	74.070	100,0%	99.935	100,0%	134.690	100,0%	97.432	100,0%

Elaborado pelo MFCE/MDIC/PAI - Política de Integração Comercial, com base nos dados do FIM - Direction of Trade Statistics (DOTS), 2006, Brasília 2006.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2005.

(1) Janeiro-Junho

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS ÍNDIA

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 5 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (em milhões, FOB)		
Pérolas, pedras preciosas, semi-preciosas	14.779	18,5%
Minérios, escórias e cinzas	6.454	8,1%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	5.577	7,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	4.976	6,2%
Produtos químicos orgânicos	4.368	5,5%
Ferro fundido, ferro e aço	3.288	4,1%
Vestuário e seus acessórios, de malha	3.204	4,0%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc, mecânicos	3.075	3,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	2.561	3,2%
Outros artefatos têxteis confeccionados	2.125	2,7%
Veículos automóveis, ciclos e outros	1.878	2,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.782	2,2%
Algodão	1.550	1,9%
Produtos farmacêuticos	1.531	1,9%
Plásticos e suas obras	1.530	1,9%
Peixes e crustáceos, moluscos	1.254	1,6%
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos	1.158	1,4%
Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro, etc.	1.135	1,4%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	1.059	1,3%
Sal; enxofre; terras e pedras	851	1,1%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	739	0,9%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, etc	735	0,9%
Extratos tanantes e tintoriais	729	0,9%
Cobre e suas obras	704	0,9%
Subtotal	67.041	83,9%
Demais Produtos	12.910	16,1%
Total Geral	79.951	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
ÍNDIA**

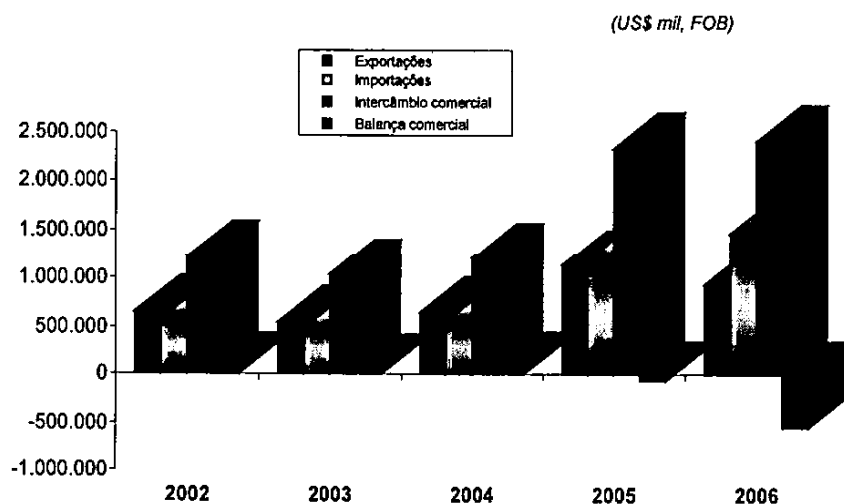
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - ÍNDIA⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	653.598	553.146	651.513	1.136.813	936.586
Variação em relação ao ano anterior	129,1%	-15,4%	17,8%	74,5%	-17,6%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	7,4%	4,7%	4,5%	6,1%	4,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,1%	0,8%	0,7%	1,0%	0,7%
Importações	573.184	485.741	555.957	1.202.745	1.473.939
Variação em relação ao ano anterior	5,6%	-15,3%	14,5%	116,3%	22,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	7,2%	5,4%	4,5%	7,1%	6,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,2%	1,0%	0,9%	1,6%	1,6%
Intercâmbio comercial	1.226.782	1.038.887	1.207.470	2.339.558	2.410.524
Variação em relação ao ano anterior	48,1%	-15,3%	16,2%	93,8%	3,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	7,3%	5,0%	4,5%	6,6%	5,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,1%	0,9%	0,8%	1,2%	1,1%
Balança comercial	80.414	67.405	95.556	-65.932	-537.353

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA
2002-2006**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
ÍNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.575	0,4%	66.583	6,0%	200.220	21,4%
Óleos brutos de petróleo	0	0,0%	52.102	4,6%	199.609	21,3%
Minérios, escórias e cinzas	72.607	11,1%	63.508	4,7%	146.403	15,6%
Sulfetos de minérios de cobre	51.789	7,9%	35.018	3,1%	146.403	15,6%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	142.467	21,0%	202.462	17,8%	107.764	11,5%
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	131.678	20,2%	192.634	16,9%	104.330	11,1%
Ferro fundido, ferro e aço	6.111	1,2%	26.436	2,3%	86.681	9,3%
Lamin. ferro/aço, quente, L>=60cm, n/enrolado, E>10mm	0	0,0%	0	0,0%	39.168	4,2%
Outros prods semimanuf. ferro/aço, C<0,25%, sec. transv. rol	0	0,0%	0	0,0%	12.090	1,3%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc	0	0,0%	157.030	13,8%	82.925	8,9%
Outros avões/veículos aéreos, peso > 15.000 kg, vazios	0	0,0%	20.000	1,8%	82.907	8,9%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	41.819	6,4%	79.783	7,0%	79.788	8,5%
Bombas injetoras de combustível para motor diesel/semi	0	0,0%	15.973	1,4%	12.061	1,3%
Outros niveladores	771	0,1%	6.424	0,6%	6.536	0,7%
Produtos químicos orgânicos	46.311	7,1%	62.807	5,5%	45.630	4,9%
1,2 - Diclóroetano (cloro de etileno)	13.468	2,1%	15.844	1,4%	15.369	1,6%
Buteno (butileno) não saturado e seus isômeros	3.474	0,5%	6.007	0,5%	13.386	1,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	7.742	1,2%	22.416	2,0%	30.879	3,3%
Borracha e suas obras	10.029	1,5%	13.684	1,2%	22.386	2,4%
Pele, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	5.902	0,9%	7.876	0,7%	17.048	1,8%
Subtotal	337.583	61,8%	682.584	60,0%	820.043	87,6%
Demais Produtos	313.930	48,2%	454.229	40,0%	116.542	12,4%
TOTAL GERAL	651.513	100,0%	1.136.813	100,0%	936.586	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDO/SECEX/Sistema Alfa.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
ÍNDIA**

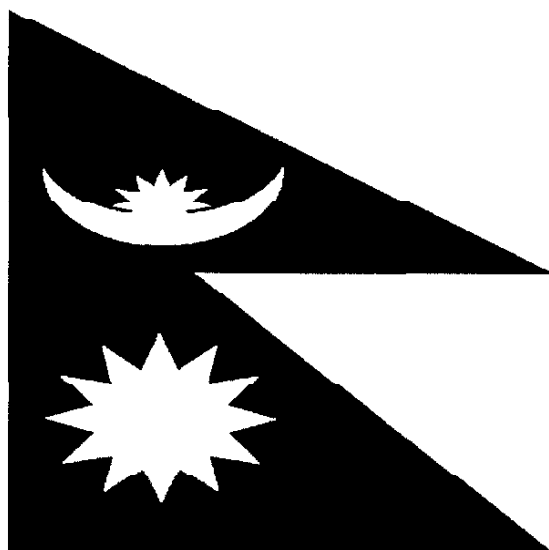
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-ÍNDIA (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	176.107	31,7%	632.766	52,6%	767.688	51,4%
Óleo diesel	162.970	29,3%	608.855	50,6%	726.735	49,3%
Produtos químicos orgânicos	154.920	27,8%	220.312	18,3%	229.931	15,6%
Outros compostos heterocíclicos	10.850	2,0%	32.651	2,7%	30.692	2,1%
Deltametrina	108	0,0%	3.032	0,3%	10.160	0,7%
Zidovudina (AZT)	224	0,0%	2.768	0,2%	8.254	0,6%
Produtos farmacêuticos	46.096	8,3%	66.697	4,7%	80.906	5,5%
Medicamento contendo outros antibióticos, em doses	2.652	0,5%	12.008	1,1%	11.673	0,8%
Outros medicamentos c/comp.heterocid.heteroat.nitrog., em doses	4.392	0,8%	6.444	0,5%	7.840	0,5%
Outros medicamentos contendo cefalosporinas, etc. em doses	3.755	0,7%	3.257	0,3%	5.624	0,4%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	23.069	4,1%	35.617	3,0%	45.843	3,1%
Filamentos sintéticos ou artificiais	28.898	5,2%	39.272	3,3%	44.506	3,0%
Ferro fundido, ferro e aço	4.166	0,7%	16.779	1,3%	35.963	2,4%
Plásticos e suas obras	16.277	2,7%	39.906	3,3%	35.387	2,4%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontinuas	6.610	1,2%	10.998	0,9%	28.389	1,9%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	11.283	2,0%	19.860	1,7%	27.204	1,8%
Subtotal	466.426	83,9%	1.071.297	89,1%	1.285.836	87,2%
Demais Produtos	89.631	16,1%	131.448	10,9%	188.102	12,8%
TOTAL GERAL	555.957	100,0%	1.202.745	100,0%	1.473.939	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDO/SECEX/Sistema Alfa.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo como base os valores apresentados em 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I



NEPAL
MENSAGEM AO CONGRESSO



BRASÍLIA, OUTUBRO DE 2007

1. MAPA



2. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Reino do Nepal
CAPITAL	Katmandu
ÁREA	147.181 Km2
POPULAÇÃO	28,9 milhões (2007)
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Chhettri (15,5%), Brahman-Hill (12,5%), Magar (7%), Tharu (6,6%), Tamang (5,5%), Newar (5,4%), Muçulmanos (4,2%), Kami (3,9%), Yadav (3,9%), outros (40%).
IDIOMAS	Nepalês (47,8%), Maithali (12,1%), Bhojpuri (7,4%), outros (cerca de 30%). Inglês falado pela elite empresarial e governamental.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Hindu (81%), Budista (11%), Muçulmano (4,2%), outros (4,5%). É o único Estado oficialmente hindu do mundo.
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Girija Prasad Koirala
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO	Senhora Sahana Pradhan
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há representação diplomática do Nepal no Brasil.
UNIDADE MONETÁRIA	Rúpia nepalesa
PIB	US\$ 8 bilhões (2006)
PIB PER CAPITA	US\$ 309
EXPECTATIVA DE VIDA	61 anos (homens e mulheres)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	0,527 (138º maior qualidade de vida)

3. PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS

O Reino do Nepal constituiu-se, em sua origem, de vários povos autônomos de religião budista. Em 1769, o Vale de Kathmandu foi tomado pelos *gurkas*, povo de extração mongol, expulso pelos governantes muçulmanos da Índia. Sob a liderança do rei Prithvi Narayan Shah, os *gurkas* promoveram a unificação do país.

O Nepal foi derrotado e subjugado em conflito com o Império Britânico ocorrido entre 1814 e 1816. Golpe de estado em 1848 derrubou a dinastia Shah; o poder passou a ser exercido hereditariamente por membros da família Rana, que governaram sob o título de Primeiro-Ministro. Os reis da dinastia Shah tornaram-se, por mais de um século, prisioneiros da família Rana, e o Nepal foi mantido em isolamento do resto do mundo. Entretanto, em 1951, uma revolta reinstalou no poder a dinastia Shah, que procedeu a uma rápida abertura para o mundo exterior, construindo estradas que ligam o país ao Tibete, à Índia e ao Paquistão

Em 1961, o rei Mahendra dissolveu o Parlamento e proibiu a existência de partidos políticos, instituindo o chamado sistema *Panchayat*. Seu filho e sucessor, Birendra, que assumiu o trono em 1972, governou segundo o modelo absolutista até 1990, quando, após protestos oposicionistas e manifestações internacionais, estabeleceu o pluripartidarismo.

4. POLÍTICA INTERNA

As primeiras eleições livres no Nepal ocorreram em 1991 e deram ampla maioria parlamentar à oposição, cujo líder, Girija Prasad Koirala, do Partido do Congresso, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Sucederam-se governos de diferentes coalizões, chefiados, ora por membro do Partido do Congresso, ora do Partido Comunista, ora do Partido Nacional Democrático, que, embora de menor expressão, gozou, em alguns momentos, da condição de fiel da balança parlamentar.

A partir de 1996, revoltosos maoístas ganham força e ameaçam o regime. Em 2001, o príncipe herdeiro assassinou dez membros da família real, inclusive o Rei e a Rainha, e depois cometeu suicídio. Em outubro de 2002, o novo Rei dispensou o Primeiro-Ministro e o gabinete por alegada incompetência após a dissolução do parlamento e a inabilidade em lidar com a insurgência maoísta. Outro Primeiro-Ministro foi levado ao poder, e governou com o apoio de uma coalizão de quatro grandes partidos.

Em fevereiro de 2005 o Rei dissolveu o Governo, declarou estado de emergência e aprisionou líderes partidários, assumindo assim o poder. O monarca reteve poderes absolutos até abril de 2006, quando, confrontado por quase três semanas de protestos generalizados, o Rei permitiu a reunião do Parlamento. Em novembro de 2006 um acordo de paz foi assinado entre os maoístas e o Governo, e uma constituição interina foi promulgada, que permitia a entrada dos maoístas no Parlamento. Eleições para o Parlamento, originalmente planejadas para junho de 2007, foram adiadas para novembro.

5. ECONOMIA

O Nepal é um dos países mais pobres e um dos menos desenvolvidos do mundo. Quase um terço de sua população vive abaixo da linha de pobreza. O principal setor da economia é o agrícola, que provê sustento para três quartos da população e gera 38% do PIB.

Atividades industriais são geralmente ligadas ao processamento de produtos agrícolas como açúcar, tabaco e grãos. Problemas de segurança relacionados à guerrilha maoísta prejudicaram o setor de turismo, uma fonte importante de moeda estrangeira.

O Nepal tem grandes potencialidades no que concerne à exploração de seus recursos hídricos e turísticos, áreas em que houve recentes aportes de investimento. As perspectivas de intercâmbio comercial e investimentos em outros setores continuarão fracas, no entanto, devido ao tamanho diminuto da economia, o atraso tecnológico, a distância dos grandes centros consumidores mundiais, a natureza mediterrânea do país, os conflitos civis e sua suscetibilidade aos desastres naturais.

6. POLÍTICA EXTERNA

As relações externas do Nepal sempre foram marcadas por sua particularidade geográfica. Incrustado entre duas potências vizinhas — China e Índia — o Nepal precisou pautar sua política externa pelo bom relacionamento com esse entorno. Para isso, contribuiu ainda o período de isolamento do resto do mundo (1846-1951). Ligado histórica e economicamente à Índia, o Reino do Nepal, único país hinduísta por definição constitucional, parece depender mais do que nunca da boa vontade indiana para canalizar os recursos de que necessita para enfrentar a insurgência maoísta. Em troca, a Índia espera que Katmandu restrinja a presença paquistanesa no país.

Índia e Estados Unidos estão atuando de forma conjunta no apoio ao Governo nepalês contra o movimento guerrilheiro maoísta, inclusive com ajuda para a aquisição de equipamento militar para as forças de segurança do Nepal. Os Estados Unidos inserem a luta contra a guerrilha nepalesa no esforço da luta contra o terrorismo internacional.

De maneira geral, o relacionamento do Nepal com as potências ocidentais tem sido pautado pela ajuda financeira que a comunidade internacional oferece ao país. Cerca de 70% dos fundos para o desenvolvimento nepalês provêm de auxílio da comunidade internacional, que também contribui com 30% dos fundos necessários ao equilíbrio do orçamento.

Após a crise provocada pelos testes nucleares indo-paquistaneses, o Governo nepalês tem-se mostrado discreto. Evita demonstrar apoio a qualquer dos lados do contencioso e, apoiando-se no fato de haver assinado o CTBT, manifesta-se a favor de qualquer solução que diminua a tensão na região.

A China tem mantido distância do conflito político nepalês, deixando clara sua não-identificação com a guerrilha maoísta e apresentando discreto apoio ao Governo. Relações formais entre os dois países foram estabelecidas em 1955. Em meados do decênio de 1980, a China intensificou o relacionamento com o Nepal e, em 1988, pela primeira vez, vendeu armamentos ao reino, passando a prestar-lhe alguma assistência militar.

7. RELAÇÕES BRASIL-NEPAL

A representação brasileira naquele país é não-residente, acumulada pelo Embaixador do Brasil na Índia. O Brasil mantém um Consulado Honorário em Katmandu. O número de turistas brasileiros, inclusive alpinistas e místicos, que têm viajado ao Nepal é considerável, a julgar pelo número de pedidos de assistência consular ao Consulado Honorário.

O relacionamento entre o Brasil e o Nepal teve, tradicionalmente, pouca intensidade, restringindo-se, em boa medida, à troca de votos em organismos internacionais. Mesmo levando-se em conta a característica essencialmente agrícola do país e seu baixo nível de desenvolvimento, as perspectivas de aproveitamento de seu enorme potencial hidrelétrico, quase inexplorado, vêm despertando a atenção de empresas brasileiras desde o início dos anos 90.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Nepal é pouco expressivo e descontínuo. Em 2007, a corrente de comércio bilateral não atingiu US\$ 700 mil. As importações provenientes daquele país somaram, no mesmo ano, US\$ 224 mil, enquanto o Brasil exportou cerca de US\$ 450 mil. O Brasil exporta para o Nepal principalmente chapas de alumínio, artefatos e partes de máquinas e equipamentos, artigos de borracha vulcanizada, além de soja, açúcar e fumo. As importações são de tapetes e couros/peles de caprinos.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
NEPAL**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2003	2004	2005 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-963	-1.135	-1.374
Exportações	703	773	903
Importações	1.666	1.908	2.277
B. Serviços (líquido)	106	76	-54
Receita	372	461	380
Despesa	266	385	435
C. Renda (líquido)	-20	-15	48
Receita	49	63	140
Despesa	69	78	92
D. Transferências unilaterais (líquido)	997	1.029	1.381
E. Transações correntes (A+B+C+D)	120	-45	1
F. Conta de capitais (líquido)	25	16	40
G. Conta financeira (líquido)	-354	-488	-276
Investimentos diretos (líquido)	15	0	3
Portfolio (líquido)	0	0	0
Outros	-369	-488	-279
H. Erros e Omissões	310	416	139
I. Saldo (E+F+G+H)	101	-102	-96

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FM - International Financial Statistics, CD version, June 2007.

(1) Última posição disponível.

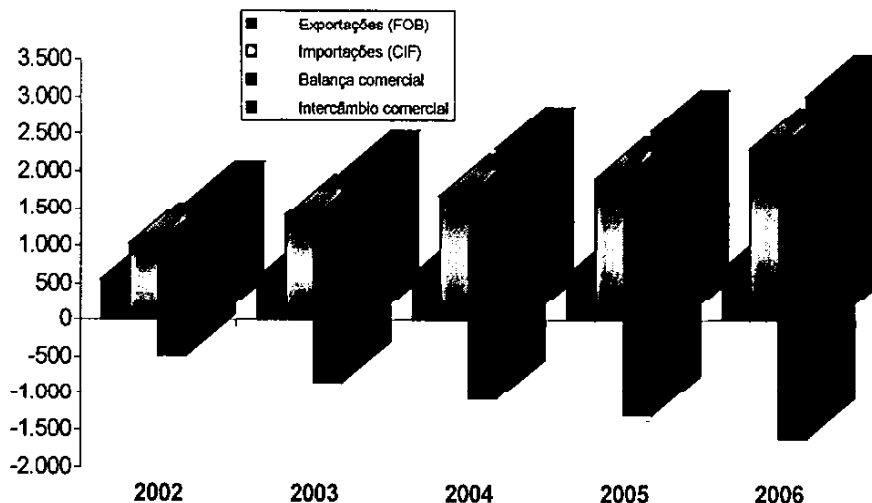
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (FOB)	556	581	625	628	704
Importações (CIF)	1.033	1.415	1.692	1.917	2.305
Balança comercial	-477	-834	-1.067	-1.288	-1.601
Intercâmbio comercial	1.589	1.996	2.317	2.545	3.009

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FM - Direction of Trade Statistics, CD version, June 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (fob e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

COMÉRCIO EXTERIOR DO NEPAL 2002-2006

(US\$ milhões, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD version, June 2007.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NEPAL

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NEPAL ⁽¹⁾ (US\$ mil, FOB)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	141	277	129	990	473
Varição em relação ao ano anterior	-14,0%	96,5%	-53,4%	667,4%	-52,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	35	21	124	151	224
Varição em relação ao ano anterior	-90,7%	-40,0%	490,5%	21,8%	48,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	176	298	253	1.141	697
Varição em relação ao ano anterior	-67,4%	69,3%	-15,1%	351,0%	-38,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	106	256	5	839	249

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclusivo Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NEPAL ⁽¹⁾		2006	2007
	(US\$ mil)	(jan-jun)	(jan-jun)
Exportações (fob)		60	524
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-93,8%	781,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%
Importações (fob)		145	208
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		8,6%	44,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		204	733
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-81,4%	258,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com a Ásia ⁽²⁾		0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança Comercial		-85	316

Elaborado pelo MF/DEPEX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Sistema Afisa

(1) As exportações observadas nos dados estatísticos são aquelas realizadas e das importações do país e vice-versa por meio de empresas brasileiras e em tempo real por meio de empresas estrangeiras.

(2) Exclui o Oriente Médio.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NEPAL

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NEPAL (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos	40	31,3%	1	0,1%	339	71,6%
Outros elevadores	0	0,0%	0	0,0%	339	71,6%
Outros compressores de ar, estacionários, de pistão	1	0,8%	1	0,1%	0	0,0%
Refrigeradores combin. d/ congeladores, porta ext. separada	19	14,7%	0	0,0%	0	0,0%
Refrigeradores de compressão de uso doméstico	8	5,9%	0	0,0%	0	0,0%
Congeladores tipo cofre, capacidade <=800L	7	5,1%	0	0,0%	0	0,0%
Armas e munições, suas partes e acessórios	0	0,0%	0	0,0%	42	8,9%
Lança foguetes, lança-chamas, lança-granada, etc.	0	0,0%	0	0,0%	42	8,9%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	33	25,6%	11	1,1%	30	6,3%
Outros instrumentos e aparelhos p/ odontologia	21	16,3%	0	0,0%	22	4,6%
Aparelhos dentários de brocar, mesmo d/ outros equip. dentários	3	2,3%	0	0,0%	6	1,3%
Partes e acessórios p/ outs. máq. apar. instrum. de óptica, etc.	1	0,8%	0	0,0%	2	0,4%
Outros instrumentos e aparelhos p/ medicina, cirurgia	6	4,4%	9	0,9%	0	0,0%
Outros aparelhos e instrum. p/ med. de controle tensão, etc.	1	0,8%	2	0,2%	0	0,0%
Produtos cerâmicos	17	13,3%	33	3,3%	19	4,0%
Outros ladrilhos de cerâmica, vidrados, esmaltados	12	9,0%	24	2,4%	12	2,5%
Outros ladrilhos de cerâmica, não vidrados, não esmaltados	5	4,2%	9	0,9%	7	1,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	0	0,0%	907	91,6%	14	3,0%
Gomas de mascar, sem cacau, mesmo revestidas de açúcar	0	0,0%	2	0,2%	9	1,9%
Bombons, caramelos, confetos e pastas de cacau	0	0,0%	10	1,0%	5	1,1%
Outs. açúcares de cana, betanaba, sacarose quim. pura, sol.	0	0,0%	895	90,4%	0	0,0%
Ferramentas, artefatos de ouralaria, etc. de metais comuns	0	0,0%	0	0,0%	9	1,9%
Gomas, resinas, outros sucos, e extratos vegetais	15	11,7%	11	1,1%	8	1,7%
Matérias plásticas (plásticas)	15	11,6%	8	0,8%	8	1,7%
Sucos e extratos, de outros vegetais	0	0,0%	3	0,3%	0	0,0%
Subtotal	106	81,8%	963	97,3%	461	97,4%
Demos. Produtos	23	18,2%	27	2,7%	12	2,6%
TOTAL GERAL	129	100,0%	990	100,0%	473	100,0%

Elaborado pelo MF/DEPEX - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIO/SECEX/Sistema Afisa

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO COMERCIAIS
NEPAL**

COMPOSIÇÃO DO INTERÂMBIO COMERCIAL BRASIL- NEPAL (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	36	28,1%	36	23,8%	127	55,7%
Tapete de lã, de ponto rodado/ enrolado, feito à mão	16	13,0%	0	0,0%	57	25,4%
Tapete "Kelim", "Shumaks", "Karanarie", tecido à mão	4	3,5%	23	15,2%	41	18,3%
Tapete de outra matéria têxtil, de ponto rodado/ enrolado	7	5,5%	3	2,0%	25	11,2%
Pele, exceto a peleteria (peles compêlo), e couros	83	67,1%	62	41,1%	48	21,4%
Couro e peles caprinos, unid. "Vet Blue"	83	67,1%	62	41,1%	48	21,4%
Teidos de malha	0	0,0%	0	0,0%	24	10,7%
Outros teidos de malha, fibras sintéticas	0	0,0%	0	0,0%	24	10,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0	0,0%	10	6,6%	15	6,7%
Xéles, echarpes, cachecóis, etc. de seda/ desperd. de seda	0	0,0%	7	4,6%	8	3,6%
Xéles, echarpes, cachecóis, de matérias têxteis	0	0,0%	0	0,0%	7	3,1%
Camisas, blusas, etc. de seda/ desperd., uso feminino	0	0,0%	1	0,7%	0	0,0%
Cintas de couro, artigos de coureiro ou de seloio, etc.	0	0,0%	35	23,2%	0	0,0%
Bolsas de matérias têxteis	0	0,0%	36	23,2%	0	0,0%
Subtotal	118	95,2%	143	94,7%	190	84,8%
Demais Produtos	6	4,8%	8	5,3%	34	15,2%
TOTAL GERAL	124	100,0%	151	100,0%	224	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDOS/EX/Sistema/Alce

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I

BANGLADESH
MENSAGEM AO CONGRESSO



BRASÍLIA, OUTUBRO DE 2007

1. MAPA



2. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL DO PAÍS:	República Popular do Bangladesh
CAPITAL:	Daca
ÁREA:	143.998 km ²
POPULAÇÃO:	144,5 milhões (2006)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (86,6%) hinduismo (12,1%) budismo (0,6%) cristianismo (0,3%)
IDIOMA:	Bengali
SISTEMA POLÍTICO:	Parlamentarismo
CHEFE DE ESTADO:	Iajiddin Ahmed
CHEFE DE GOVERNO:	Fakhruddin Ahmed (Primeiro-Ministro Interino)
TAXA DE INFLAÇÃO:	6,8% (2006)
PIB:	US\$ 60,9 bilhões (2006)
PIB PER CAPITA:	US\$ 421 (2006)
PIB – CRESCIMENTO ANUAL	6,7% (2006)
UNIDADE MONETÁRIA:	Taka

3. DADOS HISTÓRICOS

Ao chegar o fim da colonização britânica no subcontinente indiano, nasceram dois Estados em agosto de 1947 - a Índia, de maioria hindu, tendendo para um governo secular, e o Paquistão, de maioria muçulmana, inclinando-se a um governo de valores islâmicos. O Paquistão dividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a nordeste da Índia, e o Paquistão Oriental na planície deltaica do Ganges/Bramaputra.

As relações entre a Índia e o Paquistão logo de deterioraram, principalmente em torno da questão de Cachemira, que continua sem solução até hoje. Durante os conflitos ocorridos entre as duas nações, a parte oriental do Paquistão também participou dos combates, oscilando apenas quanto a seu grau de envolvimento.

O Paquistão revelou-se, desde o início, uma criação artificial que iria ruir em razão das contradições internas e do conflito externo com a Índia. Na parte ocidental, havia quatro grupos étnicos principais, cada um com sua língua própria: os Punjabis, os Pakhtuns, os Sindhis e os Beluchis. Na parte oriental, onde estava a maioria absoluta da população do país, praticamente só havia uma etnia: os Bengalis. Graças ao rico solo banhado pelo Delta do Ganges/Brahmaputra e à abundância de água, o Paquistão oriental, apesar do atraso de sua agricultura, podia produzir razoável quantidade de alimentos e gerar divisas via exportação da juta.

A Guerra Indo-paquistanesa de 1965 estimulou a rivalidade entre o Paquistão oriental e o ocidental. Após o término do conflito, vultosos recursos do Paquistão oriental teriam sido drenados para a reconstrução de áreas mais atingidas da parte ocidental. Nesse contexto, **Sheikh Mujibur Rahman**, chefe da *Awami League*, maior Partido político bengali, tornou pública uma plataforma em que se destacavam três pontos: a constituição de uma Federação entre as duas partes, assegurando ao Governo central tão-somente a responsabilidade pela defesa e pela política exterior; a criação de duas moedas ou, alternativamente, a manutenção de uma moeda única, mas sob a administração de dois bancos centrais; e a concessão do poder de tributar às províncias. Diante da amplitude e do caráter emancipatório da proposta, o Governo central determinou a prisão de Sheikh Mujibur Rahman.

Solto em 1969, Sheikh Mujibur Rahman liderou a *Awami League* nas eleições de 1970 em uma estrondosa vitória, conseguindo assenhorar-se de 167 das 169 cadeiras alocadas ao Paquistão oriental na Assembléia Nacional. O melhor resultado no Paquistão ocidental havia sido obtido pelo *Pakistan People's Party*, que, no entanto, só obteve 83 assentos. Diante desse resultado, caberia à *Awami League* formar o novo Governo. Não foi o que ocorreu.

Impedido de assumir o poder, Sheikh Mujibur Rahman convocou greve geral no Paquistão Oriental. A reação do Governo veio por meio da decretação de toque de recolher, ao qual a população começou a desobedecer. Após conversações infrutíferas entre os dois lados, na noite de 25 de março de 1971, as tropas aquarteladas em Daca atacaram, munidas de tanques e armamentos pesados, a universidade local e outros focos de agitação. Com o derramamento de sangue, o então Major **Ziaur Rahman** (que se tornaria futuro Presidente da República), em nome de Sheikh Mujibur Rahman - que, a esta altura dos acontecimentos, encontrava-se mais uma vez preso - , proclamou a independência do país.

A guerra de independência iria durar até 16 de dezembro, deixando um saldo trágico de 3 milhões de mortos. Em 1975, Sheikh Rahman enfeixou todos os poderes em suas mãos por meio da institucionalização de um sistema de partido único, até que, em 15 de agosto desse mesmo ano, o fundador de Bangladesh foi assassinado por oficiais das Forças Armadas.

Segue-se uma fase de instabilidade que perdurou até novembro de 1975, quando ascendeu ao poder o Major-General Ziaur Rahman, como Administrador-Chefe da Lei Marcial, por ele imposta. Iniciava-se um novo ciclo em Bangladesh, aquele em que predominariam as Forças Armadas. Em 1977, ao derrubar o Chefe de Estado Abus Sadat Mohamed Sayen, o General Ziaur ampliou seu poder, proclamando-se Presidente, para, no ano seguinte, convocar e vencer eleição presidencial por ampla maioria. Em 1981, viria a ser assassinado em Chittagong, a mesma cidade onde proclamara a independência de Bangladesh em 1975.

Em março de 1982, após o curto mandato do Vice-Presidente Abdus Sattar, um militar assume, uma vez mais, o comando em Bangladesh. Desta feita foi o Tenente-General **Hussain Muhammad Ershad** que governou o país até 1990, quando ocorre a volta do regime constitucional. Nas eleições de 1991, o **Partido Nacionalista de Bangladesh** saiu vitorioso, tendo à frente **Khaleda Zia**, viúva do General Ziaur Rahman. Governaria por cinco anos, até 1996, quando **Sheikh Hasina Wazed**, filha de Sheikh Mujibir Rahman, assumiu o poder.

4. POLÍTICA INTERNA

Após a Emenda Constitucional de 1991, Bangladesh passou a ser uma democracia parlamentarista. O Primeiro-Ministro é o chefe do Executivo e de um Conselho de Ministros (Gabinete). O Presidente (Chefe de Estado) indica membros do gabinete e do Judiciário e tem o poder de dissolver o Parlamento.

O Parlamento é unicameral, composto de 300 membros eleitos diretamente por um período de cinco anos.

Nas eleições de 2001 venceu o BNP (Partido Nacionalista de Bangladesh) e o governo de coalizão expirou em outubro de 2006. As eleições foram inicialmente marcadas para janeiro de 2007, mas tem sido adiadas. Um governo interino, não-eleito, assumiu o poder em outubro de 2006, sob a chefia do Presidente Iajuddin Ahmed, tendo sido declarado estado de emergência, que vigora até os dias de hoje. Atualmente, o antigo presidente do Banco Central exerce as funções de Chefe do Executivo e tem empreendido reformas no sistema eleitoral, com o objetivo de viabilizar as próximas eleições, ora previstas para fins de 2008.

O Partido de maior tradição e de boa penetração, mesmo no interior, é a *Awami League*, cuja fundação remonta a 1949. Partido que conduziu o antigo Paquistão Oriental à independência, a *Awami League* tem ideário de centro-esquerda, responsável pela nacionalização de quase 80% da economia de Bangladesh logo após a sua emancipação política.

O outro Partido de dimensão nacional é o denominado **Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP)**, criado, nos anos setenta, pelo Presidente Ziaur Rahman para dar-lhe sustentação política e fazer frente à tradicional Liga Awami. Desde a volta do regime democrático, em 1991, até junho de 1996, o Partido Nacionalista, caracterizado ideologicamente como uma agremiação de centro, governou o país sob a liderança da antiga Primeira-Ministra Khaleda Zia.

Registre-se, por fim, a existência de uma terceira força política de Bangladesh, o *Jatiya Party (Partido Nacional)*, de tendência centrista, formada em 1986 pelo então Presidente Ershad.

5. POLÍTICA EXTERNA

Incluído no grupo de países de menor desenvolvimento relativo, Bangladesh procura manter boas relações com todos os países. Em função de sua população professar majoritariamente o islamismo, a diplomacia local alinha-se em diversos aspectos à do mundo árabe. Vale lembrar que os países do Oriente Médio têm absorvido volumoso contingente de trabalhadores bengalis em busca de emprego e de melhores condições de vida, constituindo as remessas de suas poupanças fonte importante de divisas para o país.

No âmbito bilateral, cumpre destacar as relações com o Paquistão e com a Índia. Em relação ao primeiro, terminada a guerra de independência, em dezembro de 1971, o Paquistão só viria a reconhecer Bangladesh dois anos e meio mais tarde, em 1974. Desde então, as relações entre os dois países têm operado de maneira correta, mas sem grande dinamismo no comércio bilateral.

A Índia, durante o levante do Paquistão Oriental apoiou o Bangladesh. Após o fim do último governo do BNP, a administração interina tem reforçado os laços com a Índia, em áreas como Transportes e Energia.

Bangladesh e China assinaram acordo de reconhecimento mútuo em 1975. Em sua visita a Bangladesh em 2005, o Primeiro-Ministro Wen Jiabao manifestou interesse em estreitar laços econômicos e políticos com Bangladesh, quem se referiu como "a time-tested friend". A China é importante supridora de equipamento militar e tem feito investimento no setor de energia e de vestuário.

Com relação aos Estados Unidos, o comércio bilateral tem crescido na última década, assim como o investimento direto, concentrado em setores tais como o de exploração de gás natural e geração de energia.

No plano multilateral, Bangladesh participou ativamente do Grupo dos 77 e do Movimento dos Países Não-Alinhados. No início da década de oitenta, o Presidente Ziaur Rahman lançou a idéia de organizar-se de um sistema de cooperação regional no sul da Ásia. Após algumas rodadas de negociações entre Ministros de Negócios Estrangeiros da área, em 1985, Chefes de Estado e de Governo de Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka

assinaram, em Daca, a carta de fundação da Associação da Sul da Ásia para Cooperação Regional - SAARC. É também membro da Organização da Conferência Islâmica, da Commonwealth of Nations e da Organização Mundial do Comércio. Bangladesh tornou-se membro da ONU em 1974 e foi membro rotativo do Conselho de Segurança em 1978 e 2000. Além de seu papel de liderança em organizações regionais e internacionais de países em desenvolvimento, Bangladesh é um grande contribuinte para missões da ONU para manutenção da paz.

6. ECONOMIA

Bangladesh é um dos países mais pobres do mundo, enfrentando um problema fundamental relacionado ao provimento de alimentos para seus 144 milhões de habitantes. A magnitude das dificuldades econômicas reflete-se no padrão de vida de sua sociedade.

Cerca de 80% da população vive na área rural, em mais de 80.000 aldeias. Este contingente dedica-se, em sua quase totalidade, a uma agricultura de subsistência baseada na cultura do arroz. Outras culturas importantes são a da juta e do chá. A agricultura de subsistência ainda é bastante primitiva, com de pequenos lavradores trabalhando em minifúndios, com acesso limitado a créditos e à assistência técnica.

A economia bengali depende sobretudo do setor agrícola, que representa 205 do PIB e emprega cerca de 55% da força de trabalho do país. Além disso, muitas indústrias do país dependem do poder de compra dos agricultores. No entanto, sendo um dos países com maior densidade demográfica no mundo, tem pouca margem de expansão das áreas cultiváveis. A produção de arroz, que representa cerca de 70% do valor agregado pelo setor, cresceu 150% desde meados dos anos 70, apenas em função do aumento da produtividade, uma vez que a área plantada aumentou apenas 5%.

Bangladesh atualmente é auto-suficiente em alimentos e diversificou a produção agrícola (o trigo é hoje o segundo produto). Contudo, as condições climáticas instáveis e imprevisíveis, inclusive a alternância de inundações e secas, regularmente comprometem o planejamento e os objetivos da produção, provocando a necessidade de importações.

O **setor industrial** é de menor importância no cômputo geral da economia do país, à exceção das usinas beneficiadoras de juta e de produção de amônia e uréia, e contribuiu para 17% do PIB em 2005/06 (julho-junho). Um setor que cresceu com vitalidade é o de confecções, voltado para o mercado externo. A atividade industrial concentra-se nas duas principais cidades do país: Daca e Chittagong. O Governo criou zonas de processamento de exportações (ZPE) nas duas cidades e em algumas partes do país, com o intuito de atrair investimentos estrangeiros, e oferece incentivos fiscais para firmas que se estabeleçam nessas cidades.

Bangladesh importa a maior parte dos insumos utilizados na produção industrial (especialmente no setor de vestuário). Ademais, o setor agrícola depende em grande medida da importação de fertilizantes e os insumos do setor de aço são totalmente importados. Esta forte dependência de importações limita o valor adicionado pela produção doméstica, expõe as empresas às flutuações da taxa de câmbio e dos preços das matérias-primas, com consequências negativas para o balanço de pagamentos. Apesar do crescimento da produção de gás natural, Bangladesh ainda enfrenta grandes gastos com a importação de combustível. O governo tem buscado diversificar a economia e a base exportadora, por meio da promoção de indústrias tais como de tecnologia da informação e processamento agrícola.

Os principais itens da pauta de exportações de Bangladesh foram: artigos de vestuário, peixes e crustáceos, fibras têxteis e peles, enquanto os principais produtos comprados do exterior são os seguintes: algodão, caldeiras e máquinas, ferro e aço, fibras sintéticas e artificiais, óleos vegetais, plásticos e cereais.

A **ajuda do exterior** constitui importante fonte de receita para o país. Bangladesh encontra, pois, junto a instituições internacionais e regionais de desenvolvimento e a agências de cooperação de países amigos, os capitais que sua poupança doméstica não consegue aportar para financiar o seu crescimento econômico e remediar o seu déficit alimentar. O país, carente de infra-estrutura, não atrai facilmente investidores estrangeiros. Desde sua independência em 1971 até 1995, Bangladesh recebeu no total US\$ 28, 4 bilhões em assistência internacional, dos quais US\$ 13,7 a fundo perdido.

7. RELAÇÕES BRASIL-BANGLADESH

A presença oficial brasileira em Bangladesh inicia-se no ano de 1974, com a criação da Embaixada em Daca, um ano após a abertura da representação bengalesa em Brasília -- até hoje a única na América Latina -- e três anos após a independência do país. A missão diplomática brasileira, fechada em 2002, foi a primeira de um país latino-americano em Bangladesh, o que conferiu certo grau de importância às relações bilaterais, sobretudo em matéria de aproximação política.

Pouco expressivo, contudo, é o número de cidadãos brasileiros em solo bengali. Não há, tampouco, registro de empresa brasileira instalada em Bangladesh. Apesar disso, tem-se feito um grande esforço no sentido de desenvolver as relações existentes, de modo a incrementar o intercâmbio comercial e estabelecer vínculos positivos de cooperação técnica e militar, além de buscar soluções para eventuais impasses de natureza comercial, resultantes do aumento do fluxo bilateral de mercadorias.

Em 1989, o Presidente José Sarney reuniu-se com seu homólogo bengali, Hossain M. Ershad, em Paris; em 1992, no âmbito da Conferência do Rio (ECO-92), esteve presente o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh, A. S. M. Mostafizur Rahman, juntamente com o Ministro do Meio Ambiente e Florestas; em 1994, visitou o País o Ministro da Juta, A. S. M. Hannan Shab; finalmente, em 1994, por ocasião do encontro multilateral "Educação para Todos", esteve em visita o Ministro das Indústrias de Bangladesh, A. M. Zahiruddin Kahn.

Até o momento, entretanto, a única visita oficial brasileira a Bangladesh foi a da delegação do Ministério da Aeronáutica, em 1984.

8. INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL

O relacionamento comercial destaca-se como o principal elemento da agenda bengali-brasileira, tendo mesmo provocado, no ano de 1992, certa tensão no diálogo bilateral, em virtude da aplicação brasileira de direitos *antidumping* às importações de juta -- um dos principais produtos de exportação daquele país. As trocas comerciais entre Brasil e Bangladesh têm-se mantido em níveis

relativamente modestos, com superávit, desde 1986, para o lado brasileiro. Em 2006, o Brasil exportou US\$ 275 milhões e importou apenas US\$ 11,9 milhões. A pauta de trocas compõe-se, basicamente, de produtos agrícolas (do lado bengalês) e de produtos agrícolas ou semi-manufaturados (do lado brasileiro).

Entre os produtos que o Brasil exporta àquele país, destacam-se: açúcar (responsável por 83%, em valores de 2006, do total de exportações) e óleo de soja, e semi-manufaturados do complexo ferro/aço. Quanto aos produtos importados, mencionam-se: vestuário, produtos farmacêuticos, a juta -- e seus derivados -- , couros e peles de diferentes tipos.

9. INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BANGLADESH

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Popular de Bangladesh
Superfície	147.570 Km ²
Localização	Ásia
Capital	Daca
Principais cidades	Daca, Chittagong, Khulna, Rajshahi
Idiomas oficiais	Bengali, Urdu e Hindi
PIB (2006: Estimativa EIU)	US\$ 60,9 bilhões
PIB "per capita" (2006)	US\$ 421
Moeda	Taca

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2007.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2002	2003	2004	2005	2006
População (em milhões de habitantes) ⁽¹⁾	134,0	136,6	139,2	141,8	144,5
Densidade demográfica (hab/Km ²)	908,0	925,7	943,3	960,9	979,2
PIB (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	47,6	51,9	56,5	60,0	60,9
Crescimento real do PIB (%)	4,4	5,3	6,3	6,0	6,7
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,3	5,7	9,2	7,0	6,8
Reservas internacionais, excluindo ouro (US\$ bilhões)	1,7	2,6	3,2	2,8	3,8
Dívida Externa Total ⁽¹⁾ (US\$ bilhões)	17,0	18,8	20,1	18,9	20,2
Câmbio (Tk / US\$)	57,89	58,15	59,51	64,33	68,93

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2007.

(1) 2006: Estimativa EIU.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
BANGLADESH**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-3.006	-3.199	-1.554
Exportações	8.151	9.302	5.378
Importações	11.157	12.502	6.932
B. Serviços (líquido)	-848	-958	-439
Receita	1.083	1.249	683
Despesa	1.931	2.207	1.122
C. Renda (líquido)	-371	-799	-378
Receita	103	112	80
Despesa	474	911	459
D. Transferências unilaterais (líquido)	3.948	4.774	2.829
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-279	-181	458
F. Conta de capitais (líquido)	142	262	40
G. Conta financeira (líquido)	665	142	272
Investimentos diretos (líquido)	445	811	305
Portfolio (líquido)	4	20	16
Outros	216	-688	-50
H. Erros e Omissões	-25	-644	-241
I. Saldo (E+F+G+H)	504	-421	529

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD May 2007.

(1) Janeiro - Junho.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽²⁾
Exportações (FOB)	5.736	5.443	6.229	7.586	8.494	9.539
Importações (CIF)	9.012	7.848	9.635	11.390	13.031	12.062
Balança comercial	-3.276	-2.405	-3.606	-4.004	-5.357	-3.143
Intercâmbio comercial	14.747	13.291	16.064	19.176	22.345	22.222

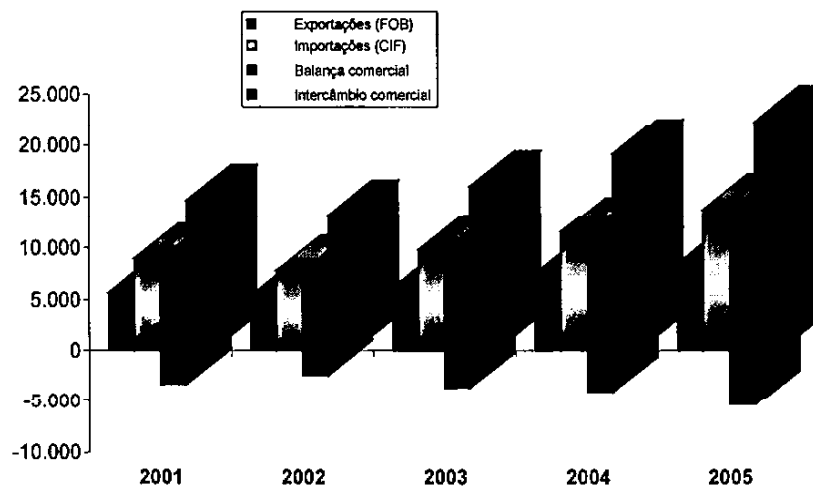
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2007.

(1) Os dados não necessariamente correspondem ao Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de vendas (fob e cif) e das distintas metodologias de câmbio.

(2) Janeiro - setembro.

**COMÉRCIO EXTERIOR DE BANGLADESH
2001-2005**

(US\$ milhões, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2007.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
BANGLADESH**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total	2006 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.489	23,9%	1.698	22,4%	2.003	23,6%	2.411	25,3%
Alemanha	850	13,5%	1.102	14,5%	1.144	13,5%	1.241	13,0%
Reino Unido	604	9,7%	849	11,2%	795	9,4%	930	9,7%
França	368	5,9%	526	6,9%	545	6,4%	489	5,1%
Itália	241	3,9%	305	4,0%	326	3,8%	387	4,1%
Espanha	159	2,6%	240	3,2%	299	3,5%	349	3,7%
Canadá	166	2,7%	247	3,3%	275	3,2%	368	3,9%
Bélgica	226	3,6%	253	3,3%	269	3,2%	385	4,0%
Países Baixos	227	3,7%	254	3,3%	241	2,8%	362	3,8%
Suécia	110	1,0%	140	1,9%	131	1,6%	121	1,4%
Índia	55	0,9%	66	0,9%	119	1,4%	102	1,1%
Hong Kong	87	1,4%	94	1,2%	106	1,2%	80	0,8%
Turquia	33	0,5%	60	0,8%	75	0,9%	102	1,1%
Dinamarca	69	1,1%	83	1,1%	74	0,9%	94	1,0%
Japão	51	0,8%	62	0,8%	64	0,8%	108	1,1%
Cingapura	38	0,6%	33	0,4%	53	0,6%	86	0,9%
Irlanda	34	0,5%	48	0,6%	52	0,6%	32	0,3%
Paquistão	43	0,7%	40	0,5%	52	0,6%	43	0,5%
China	13	0,2%	31	0,4%	46	0,5%	66	0,7%
Irã	37	0,6%	35	0,5%	46	0,5%	43	0,4%
Austrália	12	0,2%	14	0,2%	30	0,3%	23	0,2%
<i>Brasil</i>	7	0,1%	6	0,1%	3	0,0%	3	0,0%
SUBTOTAL	4.917	78,9%	6.193	81,6%	6.748	79,4%	7.836	82,1%
DEMAIS PAÍSES	1.313	21,1%	1.393	18,4%	1.746	20,6%	1.704	17,9%
TOTAL GERAL	6.229	100,0%	7.586	100,0%	8.494	100,0%	9.539	100,0%

Elaborado pelo MPE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2005.

(1) janeiro - setembro.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total	2006 ⁽¹⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Índia	1.494	15,2%	1.745	15,1%	1.951	14,1%	1.672	13,2%
China	1.091	11,1%	1.446	12,5%	1.870	13,5%	2.244	17,7%
Kuaitê	173	1,8%	639	5,5%	1.179	8,5%	988	7,8%
Cingapura	1.041	10,6%	873	7,5%	852	6,2%	726	5,7%
Japão	567	5,8%	614	5,3%	571	4,1%	488	3,8%
Hong Kong	438	4,5%	618	4,5%	567	4,1%	538	4,2%
República da Coreia	367	3,7%	419	3,6%	446	3,2%	377	3,0%
Emirados Árabes Unidos	189	1,9%	218	1,9%	353	2,6%	274	2,2%
Estados Unidos	231	2,3%	268	2,3%	327	2,4%	269	2,1%
Reino Unido	151	1,5%	283	2,4%	323	2,3%	150	1,2%
Alemanha	174	1,0%	223	1,9%	310	2,3%	251	2,0%
Tailândia	177	1,8%	291	2,5%	316	2,3%	321	2,5%
Malásia	215	2,2%	275	2,4%	300	2,2%	322	2,5%
Arábia Saudita	200	2,0%	164	1,4%	293	2,1%	236	1,9%
Indonésia	209	2,1%	261	2,3%	270	1,9%	213	1,7%
Austrália	205	2,1%	266	2,3%	268	1,9%	136	1,1%
Suíça	107	1,1%	138	1,2%	209	1,5%	154	1,2%
Uzbequistão	101	1,0%	112	1,0%	179	1,3%	177	1,4%
Itália	95	1,0%	135	1,2%	157	1,1%	149	1,2%
Rússia	35	0,4%	75	0,6%	148	1,1%	155	1,2%
Paquistão	95	1,0%	121	1,0%	144	1,0%	118	0,9%
Suécia	48	0,5%	114	1,0%	128	0,9%	168	1,3%
Argentina	73	0,7%	63	0,5%	96	0,7%	84	0,7%
<i>Brasil</i>	43	0,4%	120	1,0%	94	0,7%	96	0,8%
Países Baixos	76	0,8%	61	0,5%	63	0,5%	69	0,5%
Canadá	93	0,9%	66	0,6%	63	0,5%	118	0,9%
Turquia	31	0,3%	22	0,2%	63	0,5%	68	0,5%
SUBTOTAL	7.722	78,6%	9.529	82,2%	11.544	83,3%	10.563	83,3%
DEMAIS PAÍSES	2.113	21,4%	2.061	17,8%	2.307	16,7%	2.120	16,7%
TOTAL GERAL	9.835	100,0%	11.590	100,0%	13.851	100,0%	12.682	100,0%

Elaborado pelo MPE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2005.

(1) janeiro - setembro.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS BANGLADESH

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 5 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (em US\$ mil, FOB)			
Vestuário e seus acessórios, de malha		4.029.778	39,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		3.987.591	39,1%
Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aquáticos		444.243	4,4%
Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis		358.855	3,5%
Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel		316.169	3,1%
Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros		235.127	2,3%
Subtotal		9.371.763	91,8%
Demais Produtos		837.174	8,2%
Total Geral		10.208.937	100,0%
IMPORTAÇÕES (em US\$ mil, CIF)			
Algodão		1.417.009	12,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		1.364.802	12,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		914.998	8,3%
Ferro fundido, ferro e aço		537.779	4,9%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas		528.042	4,8%
Gorduras e óleos vegetais ou animais		476.186	4,3%
Plásticos e suas obras		418.462	3,8%
Cereais		405.288	3,7%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		353.549	3,2%
Filamentos sintéticos ou artificiais		297.872	2,7%
Tecidos de malha		272.267	2,5%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		234.164	2,1%
Adubos ou fertilizantes		231.659	2,1%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc.		215.248	2,0%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão		205.463	1,9%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento		191.715	1,7%
Açúcares e produtos de confeitaria		189.848	1,7%
Tecidos especiais; tecidos tuados, etc.		180.242	1,6%
Produtos químicos orgânicos		174.302	1,6%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia		158.118	1,4%
Subtotal		8.767.013	80,0%
Demais Produtos		2.193.616	20,0%
Total Geral		10.960.629	100,0%

Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Bangladesh não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
BANGLADESH**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BANGLADESH ⁽¹⁾	2002	2003	2004	2005	2006
(US\$ mil, FOB)					
Exportações	44.818	84.743	202.210	149.631	275.092
Variação em relação ao ano anterior	-32,7%	89,1%	138,6%	-26,0%	83,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,5%	0,4%	1,4%	0,8%	1,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%
Importações	10.661	11.815	11.086	7.460	11.946
Variação em relação ao ano anterior	-38,5%	10,8%	-6,2%	-32,7%	60,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	55.479	96.558	213.296	157.091	287.038
Variação em relação ao ano anterior	-33,9%	74,0%	120,9%	-20,4%	82,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,3%	0,5%	0,8%	0,4%	0,7%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Balança comercial	34.157	72.928	191.124	142.171	263.146

Elaborado pelo MRE/DPR/CNC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alfa.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

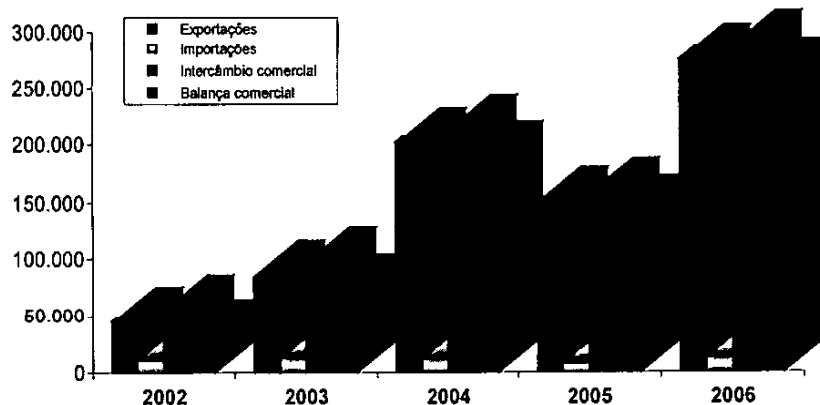
(2) Ásia, exclui Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BANGLADESH	2006	2007
(US\$ mil, FOB)	(jan-abr)	(jan-abr)
Exportações	46.544	58.144
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-18,5%	24,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,8%	0,8%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,1%
Importações	3.851	9.987
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	88,0%	159,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	50.395	68.141
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-14,8%	35,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,4%	0,4%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%
Balança comercial	42.693	48.147

Elaborado pelo MRE/DPR/CNC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alfa.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BANGLADESH **2002-2006**

(US\$ mil, FOB)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES **ECONÔMICO COMERCIAIS** **BANGLADESH**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BANGLADESH (US\$ mil - FOB)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Açúcares e produtos de confeitaria	95.560	47,3%	123.585	82,6%	228.900	83,2%
Açúcar de cana, em bruto	0	0,0%	2.402	1,6%	131.628	47,8%
Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quim. pura, etc.	95.560	47,3%	121.183	81,0%	97.271	35,4%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	61.095	25,3%	11.928	8,0%	16.854	6,1%
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	50.993	25,2%	11.928	8,0%	16.846	6,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	45	0,0%	1.534	1,0%	8.196	3,0%
Ferro fundido, ferro e aço	11.495	5,7%	0	0,0%	7.099	2,6%
Lamin. de outras ligas aços, qte, L>=600mm, rolos	0	0,0%	0	0,0%	0.001	2,4%
Lamin. ferro/aço, L>=6dm, estanhado, e<0,5mm	0	0,0%	0	0,0%	413	0,2%
Outros lamin. ferro/aço, L>=6dm, quente, rolos, E<3mm	11.495	5,7%	0	0,0%	6	0,0%
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	2.007	1,0%	3.351	2,2%	4.913	1,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	514	0,3%	1.706	1,1%	1.605	0,6%
Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas	147	0,1%	232	0,2%	1.338	0,5%
Extratos tanantes e tintoriais	987	0,6%	1.247	0,8%	1.143	0,4%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	1.052	0,6%	1.546	1,1%	1.039	0,4%
Pele, exceto a peleteria, e couros	514	0,3%	203	0,1%	642	0,2%
Subtotal	163.405	80,8%	146.432	97,2%	271.728	98,8%
Demais Produtos	38.805	19,2%	4.199	2,8%	3.363	1,2%
TOTAL GERAL	202.210	100,0%	149.631	100,0%	275.092	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alce.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
BANGLADESH**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BANGLADESH (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.040	9,4%	2.498	33,5%	4.156	34,8%
Camisas de fibras sintéticas/artificiais, uso masculino	526	4,7%	1.552	20,8%	1.742	14,6%
Camisas de algodão, de uso masculino	0	0,0%	209	2,8%	1.198	10,0%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, de uso feminino	184	1,7%	292	3,9%	554	4,6%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, de uso masculino	64	0,6%	107	1,4%	210	1,8%
Vestuário e seus acessórios, de malha	876	7,9%	1.038	13,9%	2.368	19,8%
Suéteres, pulôveres, etc. de malha de fibras sint/artif.	233	2,1%	195	2,6%	853	7,1%
Suéteres, pulôveres, etc. de malha de algodão	513	4,6%	372	5,0%	809	6,8%
Produtos farmacêuticos	4.329	39,0%	1.738	23,3%	2.162	18,1%
Outs. medicamentos c/ heterocicl. heteroat. nitrog. em doses	0	0,0%	406	5,4%	1.276	10,7%
Outs. medicamentos c/ biocompostos orgânicos, etc. em doses	0	0,0%	798	10,7%	523	4,4%
Medicamento c/ outros biocompostos organ. etc. exc. em doses	2.979	26,9%	285	3,8%	0	0,0%
Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel	857	7,7%	228	3,1%	2.161	18,1%
Fios de juta, retorcidos ou retorcidos múltiplos	231	2,1%	145	1,9%	976	8,2%
Juta macerada	0	0,0%	0	0,0%	874	7,3%
Fios de juta, simples	0	0,0%	20	0,3%	271	2,3%
Juta em bruto	441	4,0%	0	0,0%	0	0,0%
Peleis, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	3.885	35,0%	1.823	24,4%	495	4,1%
Couros/peles caprinos, no estado seco "crust"	2.261	20,4%	712	9,5%	476	4,0%
Couros/peles de suínos, curtido seco ("crust")	0	0,0%	0	0,0%	13	0,1%
Outros couros/peles bovinos, secos, pena flor	312	2,8%	0	0,0%	6	0,1%
Couros int. bovinos, secos, pena flor, s<=2,6m²	1.296	11,7%	1.111	14,9%	0	0,0%
Subtotal	10.987	99,1%	7.325	98,2%	11.342	94,9%
Demais Produtos	99	0,9%	135	1,8%	604	5,1%
TOTAL GERAL	11.086	100,0%	7.460	100,0%	11.946	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

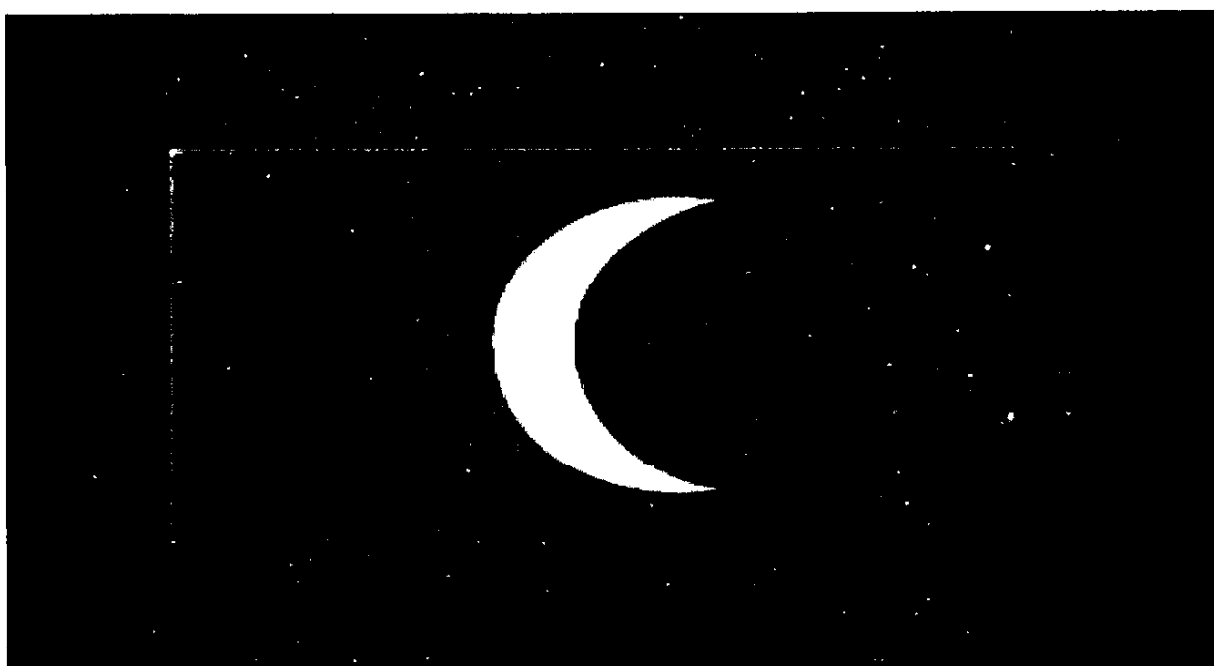
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
BANGLADESH**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - BANGLADESH ⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2 0 0 6 (jan-abr)	% no total	2 0 0 7 (jan-abr)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Açúcares e produtos de confeitaria	27.054	58,1%	41.186	70,8%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	4.992	10,7%	10.622	18,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.679	5,8%	1.336	2,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	418	0,9%	1.254	2,2%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.732	3,7%	1.133	1,9%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	439	0,9%	770	1,3%
Subtotal	37.314	80,2%	56.301	96,8%
Demais Produtos	9.230	19,8%	1.843	3,2%
TOTAL GERAL	46.544	100,0%	58.144	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Vestuário e seus acessórios, de malha	620	16,1%	4.325	43,3%
Produtos farmacêuticos	502	13,0%	2.965	29,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	907	23,6%	1.608	16,1%
Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc.	1.649	42,8%	419	4,2%
Peleis, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros	74	1,9%	233	2,3%
Subtotal	3.752	97,4%	9.550	95,5%
Demais Produtos	99	2,6%	447	4,5%
TOTAL GERAL	3.851	100,0%	9.997	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2007.

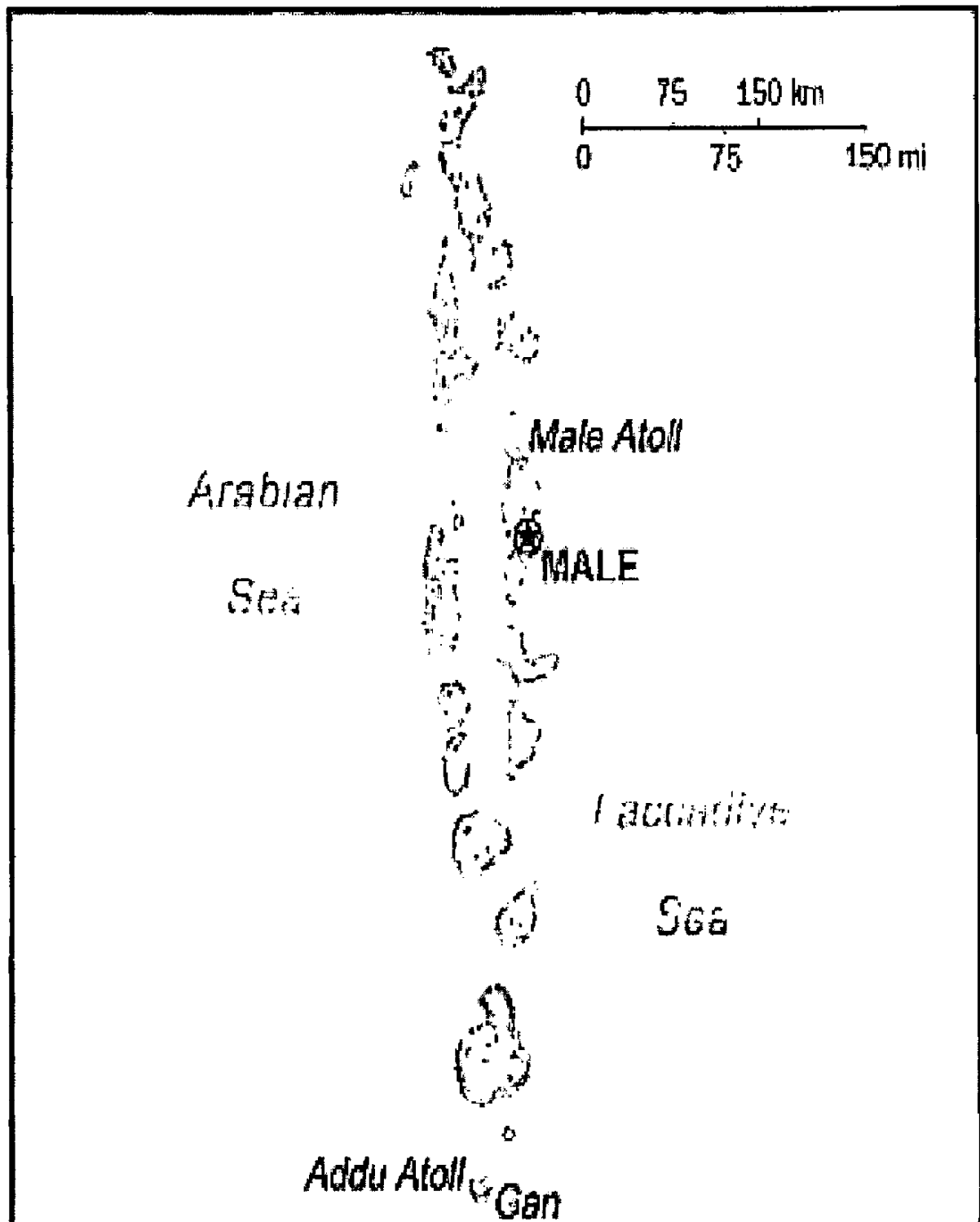
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS
ÁFRICA, ORIENTE MÉDIO, ÁSIA E OCEANIA
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA I

ILHAS MALDIVAS
MENSAGEM AO CONGRESSO



BRASÍLIA, SETEMBRO DE 2007

1. MAPA



2. DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL DO PAÍS:	República das Maldivas
CAPITAL:	Malé
ÁREA:	344 km ² (correspondentes à área emersa do país). O arquipélago é composto por 26 atóis, com 1.190 pequenas ilhas de coral, das quais cerca de 200 são habitadas e 25 têm mais de 1.000 habitantes. (204ª maior do mundo)
POPULAÇÃO:	369.031 (estimativa julho 2007)
ETNIAS	Maldívios (97%), árabes (2%) e africanos (1%)
IDIOMAS:	Maldívio e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (sunita) (98,4%)
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO:	Maumoon Abdul Gayoom
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Abdualla Shahid
PIB:	US\$ 915 milhões (2006)
PIB PER CAPITA:	US\$ 2.478 (estimativa 2006)
(IDH)	0.739 (98ª maior do mundo)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia Maldiva

3. PERFIS



Presidente Maumoon Abdul Gayoom

1937 – Nasceu em Malé.

1967 – Graduou-se em Estudos Islâmicos pela Universidade Al-Azhar no Cairo.

1969-71 – Professor de Estudos Islâmicos na Faculdade Abdullahi Bayero na Nigéria.

1974 – Sub-secretário Especial do Gabinete do Primeiro Ministro.

1975 – Segundo Embaixador no Sri Lanka.

1976 – Representante Permanente das Ilhas Maldivas nas Nações Unidas.

1978-2007 – Presidente das Ilhas Maldivas.

2007 – É casado com Nasreena Gayoom e têm quatro filhos, duas mulheres, Dunya e Yumma, e dois homens, Faris e Ghassan. Gosta de leitura, poesia, astronomia, fotografia, caligrafia, badminton e críquete.

4. CRONOLOGIA

RELAÇÕES BRASIL-ILHAS MALDIVAS

1988 - Brasil e Maldivas estabeleceram relações diplomáticas.

1988 – O Chanceler Abreu Sodré enviou ao Presidente José Sarney projeto de decreto criada a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi.

1992 – O Presidente Gayoom participou da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (Rio-92).

1996 – O Embaixador do Brasil em Nova Delhi, Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães, apresentou credenciais ao Presidente Gayoom.

2000 – O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas nas sessões do ECOSOC e do Comitê para Política de Desenvolvimento na sua inconformidade com relação à graduação daquele país da lista de países de menor desenvolvimento.

2000 – A Embaixadora do Brasil em Nova Delhi, Vera Barrouin Machado, apresentou credenciais ao Presidente Gayoom.

2003 – O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas na Sessão Substantiva do ECOSOC no seu intento de permanecer com o status de ‘país de menor desenvolvimento relativo’.

2005 – O governo maldivo co-patrocinou o anteprojeto de resolução do G-4 e apoiou a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU ampliado.

2006 - O Embaixador do Brasil em Nova Delhi, José Vicente de Sá Pimentel, apresentou credenciais ao Presidente Gayoom.

2006 - O Ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participou da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.

PRINCIPAIS EVENTOS HISTÓRICOS

- 1250 – Os primeiros habitantes budistas se convertem ao islamismo.
- 1558 – Os portugueses se estabelecem na região, sendo expulsos em 1573.
- 1887 – Passa a ser protetorado do Reino Unido, como monarquia governada por um sultão.
- 1932 – Elaboração da primeira constituição.
- 1965 – Conquista da independência.
- 1968 – O sultanato é substituído pela república.
- 1970 – Desenvolvimento do turismo.
- 1978 – Maumoon Abdul Gayoom é eleito presidente pela primeira vez.
- 1983 – Reeleição de Gayoom.
- 1988 – Gayoom é eleito pela terceira vez. Tentativa de golpe promovida por mercenários vindos do Sri Lanka é derrotada com a ajuda da Índia.
- 1993 – Gayoom é eleito pela quarta vez.
- 1998 – Gayoom é eleito pela quinta vez.
- 2003 – Gayoom é eleito pela sexta vez. São realizadas manifestações inéditas contra o governo.
- 2004 – Gayoom anuncia proposta de mudanças na Constituição, em agosto, porém, decreta estado de emergência e suspende a discussão de reformas.
- O tsunami no sul da Ásia, em dezembro, causa grande destruição e mortes no país.
- 2005 – Aprovada lei que permite a instalação de partidos políticos.
- 2006 – Aprovada moção favorável a um referendo o sistema de governo do país.
- O governo promete, com a ajuda da Índia, realizar reformas democráticas em um ano, enquanto a oposição, com o apoio dos Estados Unidos, exige a saída do presidente.

5. POLÍTICA INTERNA

Até 2003, quando foi criado o Partido Democrático das Maldivas (PDM), não havia partidos políticos. O legislativo – “ Conselho do Povo ‘ – é unicameral, com 50 membros, e indica o candidato a presidente da república, que é referendado pelo povo.

O país encontra-se envolvido em crise política de difícil solução a curto prazo e sofre impacto considerável com o aumento dos preços do petróleo. Em agosto de 2004, foi decretado estado de sítio, motivado por distúrbios da ordem pública: uma multidão considerável incendiou prédios públicos e cometeu atos de violência, que resultaram na morte de um policial. Os meios de comunicação divulgaram que a manifestação reivindicava reformas constitucionais e a libertação de presos políticos. O PDM, por sua vez, afirmou que mais de 200 pessoas, inclusive quatro parlamentares, estariam sob custódia.

O processo de revisão da constituição das Maldivas foi iniciado pelo Presidente Gayoom com vistas a consignar a separação de poderes, a não-reeleição após dois mandatos consecutivos e outros temas que tornassem o ordenamento jurídico do país mais próximo ao das democracias ocidentais. Entretanto, o processo vem sendo obstaculizado por visões diferentes de alguns políticos locais, especialmente aqueles ligados aos fundamentalistas islâmicos.

6. ECONOMIA

Os habitantes das Ilhas Maldivas encontram-se espalhados pelo arquipélago, mas a maior concentração populacional está na ilha de Malé, a capital. A expansão das atividades econômicas e do povoamento para novas áreas é dificultada pela falta de água potável e de terras aráveis. Apesar disso, o país tem buscado estender os benefícios do crescimento econômico aos atóis mais distantes, suprindo-os com a infraestrutura essencial. Nos últimos anos, o governo tem introduzido políticas econômicas liberais, que incluem o fim de cotas de importação, a flutuação do câmbio e regras mais livres para os investimentos externos.

As Maldivas são conhecidas pelas ilhas de coral de grande beleza cênica, belas praias e notável variedade de espécies marinhas. Na década dos 70, o Governo iniciou um programa visando a estimular a economia através do melhor aproveitamento do potencial turístico. A iniciativa fez com que o turismo e seus setores de serviços complementares tenham se tornado a base do desenvolvimento

econômico maldivo recente. Um eficiente programa de construção de hotéis e a aplicação severa de leis que combatem a poluição e preservam os frágeis recifes de coral, principal atração do arquipélago, têm permitido a expansão sustentável das atividades turísticas. O turismo, em 1995, representou cerca de 18% do PIB maldivo, foi responsável por mais de 60% das entradas de divisas e por mais de 90% da arrecadação de impostos. O número de turistas que visitam o país saltou de 1,1 mil, em 1972, para cerca de 350 mil, em 1997. O setor de serviços, como um todo, respondeu por 63% do PIB, em 1995.

A pesca também ocupa lugar de destaque na economia; é a ocupação mais tradicional dos maldivos e a segunda atividade econômica mais importante na obtenção de divisas. O governo maldivo tem desenvolvido uma série de projetos para aumentar a produção e a exportação pesqueiras. Em 1994 foram produzidas cerca de 104 mil toneladas métricas de pescado - das quais o atum representava a maior parte - destinando-se cerca de 80% à exportação. O país exporta peixe fresco, em conserva, congelado, seco e salgado, sobretudo para a Tailândia, o Sri Lanka e Cingapura, embora venda também para outros mercados, como o Extremo Oriente e a Europa. Existe forte presença nipônica no setor de industrialização do pescado.

Malé e as estâncias turísticas são os principais mercados para a produção agrícola maldiva. O solo pobre, a escassez de terras agricultáveis e condições climáticas desfavoráveis têm historicamente limitado a agricultura do país a algumas culturas de subsistência, como coco, banana, fruta-pão, mamão e manga. Grandes quantidades de vegetais, frutas e produtos à base de carne ou frango têm que ser importadas, consumindo reservas valiosas. A demanda crescente por produtos agrícolas tem aumentado a necessidade de incrementar a produção e organizar a agricultura em escala comercial, tendo o Governo maldivo adotado medidas para encorajar e ampliar a atividade agrícola, as quais incluem controle de pragas, oferta de serviços de extensão e maior utilização de ilhas desabitadas.

A indústria responde por cerca de 15% do PIB e seu desenvolvimento é dificultado pelas dimensões do mercado interno, a falta de mão-de-obra qualificada ou semi-qualificada, dificuldades de transporte e a falta de matérias-primas. Apesar desses problemas, é cada vez mais forte a percepção de que o desenvolvimento do setor industrial é fundamental para suprir as necessidades crescentes da economia; nesse contexto, o Governo tem buscado atrair investimentos externos. A indústria tradicional compreende o artesanato e a fabricação de barcos, peças de vestuário, redes, cordas e utensílios de metal. O setor industrial moderno produz atum em conserva, roupas, tubos de PVC, sabão, móveis e produtos alimentícios.

É grande o impacto do aumento de preços de petróleo na economia do arquipélago. As Maldivas são carentes de qualquer fonte de energia e, pela pequena dimensão de seu consumo de derivados de petróleo, são-lhe facultados apenas contratos de curto prazo. Assim, o aumento de preços tem representado carga adicional às despesas públicas e deverão, em breve, repercutir no aumento de preço dos combustíveis aos usuários.

7. POLÍTICA EXTERNA

A República das Maldivas tornou-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, ingressou no Movimento Não-Alinhado (MNA). O país também participa da Organização da Conferência Islâmica e do Commonwealth e é um dos sete membros da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), tendo sediado a nona reunião de cúpula do grupo, em maio de 1997.

A participação na SAARC, ainda que fundamental para as Maldivas, tem caráter mais político que econômico-comercial. A Associação fornece ao país um meio valioso de inserção regional; os demais níveis de inserção, como o MNA, o Grupo de Pequenos Estados Insulares ou a nascente Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation são vastos demais para garantir uma solidariedade mais pronta.

O relacionamento com o Sri Lanka é o que se mostra mais natural e estreito. As relações com a Índia são importantes sob vários aspectos. É, porém, com o Paquistão que as Maldivas compartilham o islamismo como religião de Estado. Em julho de 1998, o Primeiro-Ministro Nawaz Sharif visitou Malé; na ocasião, inaugurou o novo edifício do Parlamento, construído com ajuda do Paquistão.

Cerca de 80% do território maldivo encontra-se a menos de um metro acima do nível do mar, podendo ser inundado no caso de elevação das águas. Em abril de 1987, grandes ondas varreram as Maldivas, cobrindo a maior parte de Malé e das ilhas próximas. Em dezembro de 2004, o tsunami que atingiu o sul da Ásia, causou

grande destruição e mortes no país. Esses eventos fazem o país extremamente preocupado com as mudanças climáticas globais. Como consequência, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais que tratam de questões relacionadas com o meio ambiente e o aquecimento global. O país participa de convenções sobre biodiversidade, dejetos perigosos e proteção da camada de ozônio, além de ter assinado o Protocolo de Kioto sobre Mudanças do Clima e a Lei do Mar.

Outro tema fundamental para as Maldivas é a segurança dos pequenos Estados insulares. A tentativa de ocupação de Malé por mercenários da etnia tâmil, em 1988, deixou profundas marcas. O país acompanha detidamente as resoluções que têm sido adotadas na AGNU sobre o tema.

As Maldivas defendem o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares no Sul da Ásia.

O arquipélago maldivo mantém uma Missão junto à ONU, em Nova York, uma Embaixada no Sri Lanka e representantes comerciais em Londres e Cingapura. O Sri Lanka, a Índia e o Paquistão têm Embaixadores residentes em Malé. Alemanha, Dinamarca, Noruega, Reino Unido, Suécia e Turquia possuem Consulados em Malé.

8. RELAÇÕES BRASIL-MALDIVAS

Os primeiros registros de ações visando ao estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Maldivas datam de 1988, quando o Chanceler Abreu Sodré enviou ao Presidente José Sarney projeto de Decreto criando a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi. Em setembro daquele ano, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, por meio de comunicado conjunto assinado por seus representantes permanentes junto à ONU.

Em 1992 o presidente Maumoon Abdul Gayoom veio ao Brasil para participar da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro. O presidente qualificou a Rio-92 de Cúpula histórica para a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável.

O Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães apresentou credenciais ao Presidente Gayoom em março de 1996, a Embaixadora Vera Barrouin Machado em maio de 2000 e o Embaixador José Vicente de Sá Pimentel em fevereiro de 2006.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, os dois países têm buscado apoio mútuo para candidaturas a diversos órgãos multilaterais, como a Comissão para a Ásia Meridional da Organização Mundial do Turismo (no caso das Maldivas) e a Corte Internacional de Justiça (no caso do Brasil).

O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas tanto nas sessões do ECOSOC de 2000 e 2003, como nas reuniões do Comitê para Política de Desenvolvimento, que se seguiram a elas, na sua luta para permanecer com o status de 'país de menor desenvolvimento relativo', evitando, assim, a graduação daquele país da lista de países de menor desenvolvimento. A retirada das Ilhas Maldivas da lista acarretaria significativos danos econômicos para o país, uma vez que ele é o país que requer o mais alto grau de financiamentos comissionais para sustentar seus programas de desenvolvimento.

Em 2005 as Ilhas Maldivas co-patrocinaram o anteprojeto de resolução do G-4 e apoiaram a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU ampliado. O governo maldivo fez uma opção definitiva pelas teses do G-4 e prometeu manter sua continuada solidariedade, bem como seu voto ao Brasil, Índia, Alemanha e Japão, caso prospere a idêntica de votação a partir de listas de países, ou em qualquer outra circunstância previsível.

Em 2006 o Ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participou da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.

9. INTERCÂMBIO COMERCIAL

O volume do intercâmbio comercial entre o Brasil e as Maldivas é muito pouco expressivo. Não bastasse, é uma via de mão única, uma vez que as exportações brasileiras respondem por praticamente todas as trocas comerciais.

As exportações brasileiras para as Ilhas Maldivas representam apenas 0,1% de todas as importações feitas por aquele país. Embora tenha havido um crescimento das exportações brasileiras da ordem de 150% entre os anos de 2002 e 2006, os volumes são ainda muito pequenos (US\$ 960 mil em 2002, US\$ 1,071 milhão em 2003, US\$ 1,614 milhão em 2004, US\$ 2,029 milhões em 2005 e US\$ 2,382 milhões em 2006). Até julho de 2007, as exportações já cresceram 106,2% comparadas ao mesmo período do ano anterior, porém o valor ainda é baixo (US\$ 2,268 milhões).

O fluxo de exportação das Maldivas para o Brasil não é considerável. Iniciado em 2004, com US\$ 2 mil, atingiu, em 2005 e 2006, apenas US\$ 1 mil. Embora as importações brasileiras até julho de 2007 tenham tido um enorme crescimento comparado com o mesmo período do ano passado, aumentando 1.276,4%, para US\$ 18 mil, as vendas das Ilhas Maldivas para o Brasil continuam irrisórias.

As exportações brasileiras para as Ilhas Maldivas consistem basicamente de carnes, principalmente de carne de aves congelada (atualmente 95,7%). A partir de 2005, passou-se a registrar também a venda de pequena quantidade de material médico-cirúrgico (atualmente 2,6%) e, a partir de 2007, de alimentos (atualmente 1 %).

As exportações maldivas para o Brasil consistiram basicamente, em 2004, de circuitos integrados digitais e analógicos, em 2005, de camisas de algodão masculinas, em 2006, de maiôs e biquínis e, durante o ano de 2007, que assistiu a um grande crescimento do volume de vendas, de penas de animais.

10. INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MALDIVAS

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2004	2005	2006
A. Balança comercial (líquido - FOB)	-384	-494	-590
Exportações	181	162	225
Importações	565	655	815
B. Serviços (líquido)	350	119	240
Receita	508	323	473
Despesa	157	204	233
C. Renda (líquido)	-35	-31	-41
Receita	10	11	15
Despesa	45	42	56
D. Transferências unilaterais (líquido)	-54	136	22
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-122	-270	-369
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	150	263	387
Investimentos diretos (líquido)	15	9	14
Portfolio (líquido)	0	0	0
Outros	130	253	373
H. Erros e Omissões	16	-16	27
I. Saldo (E+F+G+H)	44	-23	45

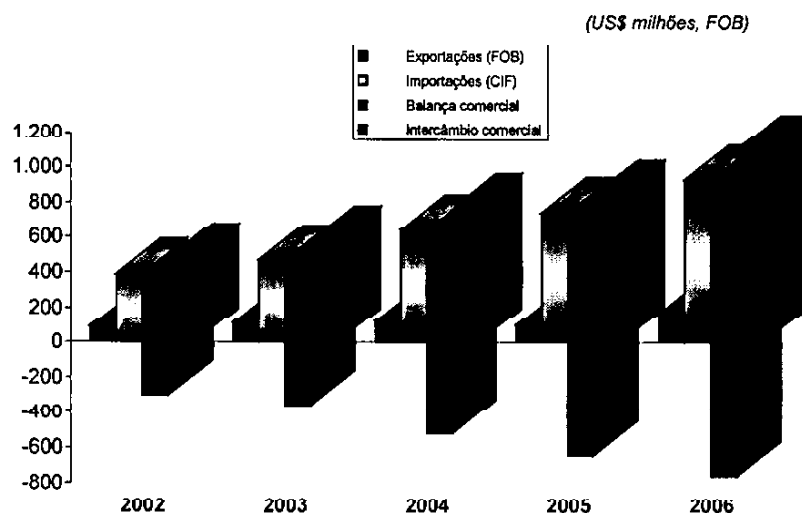
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD July 2007.

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações (FOB)	91	113	123	99	169
Importações (CIF)	391	471	645	745	930
Balança comercial	-300	-358	-522	-646	-761
Intercâmbio comercial	481	583	768	844	1.100

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

COMÉRCIO EXTERIOR DAS MALDIVAS 2002-2006



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MALDIVAS**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES:						
Tailândia	29	23,5%	22	22,7%	55	32,7%
Reino Unido	12	9,8%	12	12,6%	24	14,2%
Sri Lanka	16	12,3%	16	16,4%	20	11,8%
Japão	14	11,7%	23	22,8%	17	10,2%
França	3	2,3%	4	4,3%	12	6,8%
Argélia	-	0,0%	-	0,0%	10	6,1%
Países Baixos	1	0,5%	1	1,0%	5	2,7%
Itália	2	1,7%	2	1,8%	4	2,1%
Alemanha	6	4,9%	5	4,8%	3	2,0%
Tanzânia	-	0,0%	-	0,0%	3	1,9%
Cingapura	5	3,9%	6	5,8%	3	1,7%
Estados Unidos	33	26,5%	1	0,8%	2	1,3%
Brasil	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
SUBTOTAL	119	97,1%	92	92,9%	158	93,5%
DEMAIS PAÍSES	4	2,9%	7	7,1%	11	6,5%
TOTAL GERAL	123	100,0%	99	100,0%	169	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
IMPORTAÇÕES:						
Cingapura	161	24,9%	180	24,1%	216	23,3%
Emirados Árabes Unidos	67	10,3%	117	15,7%	147	15,8%
Índia	66	10,2%	84	11,3%	104	11,1%
Malásia	49	7,6%	53	7,2%	74	7,9%
Tailândia	25	3,8%	29	3,8%	65	6,9%
Sri Lanka	68	10,6%	43	5,7%	53	5,7%
Japão	12	1,9%	13	1,8%	24	2,6%
Alemanha	11	1,7%	15	2,0%	23	2,5%
Indonésia	13	2,0%	18	2,4%	23	2,5%
Estados Unidos	8	1,3%	8	1,1%	19	2,1%
Austrália	17	2,7%	16	2,1%	19	2,0%
Bareine	35	5,4%	15	2,0%	19	2,0%
China	8	1,2%	16	2,1%	17	1,8%
França	12	1,9%	16	2,2%	17	1,8%
Itália	12	1,9%	11	1,4%	15	1,6%
Brasil	1	0,2%	1	0,1%	1	0,1%
SUBTOTAL	664	87,6%	635	85,2%	835	89,7%
DEMAIS PAÍSES	80	12,5%	110	14,8%	95	10,3%
TOTAL GERAL	645	100,0%	745	100,0%	930	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD July 2007.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MALDIVAS

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 0 5 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (em US\$ mil, FOB)			
Peixes e crustáceos, moluscos	84.115	54,6%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	37.250	24,2%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	16.941	11,0%	
Livros, jornais, gravuras	5.857	3,8%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	2.145	1,4%	
Subtotal	146.308	94,9%	
Demais Produtos	7.867	5,1%	
Total Geral	154.175	100,0%	
IMPORTAÇÕES (em US\$ mil, CIF)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	115.510	15,5%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	112.250	15,1%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	83.666	11,2%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	39.117	5,3%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	26.776	3,6%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	26.296	3,5%	
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	23.330	3,1%	
Plásticos e suas obras	22.597	3,0%	
Ferro fundido, ferro e aço	19.383	2,6%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	17.589	2,4%	
Veículos automóveis, tratores, ciclos	13.783	1,9%	
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos	12.240	1,6%	
Embarcações e estruturas flutuantes	11.684	1,6%	
Aeronaves e aparelhos espaciais	11.186	1,5%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	10.442	1,4%	
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	9.499	1,3%	
Óleos essenciais e resinóides	8.933	1,2%	
Carnes e miudezas, comestíveis	8.822	1,2%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	8.816	1,2%	
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	8.472	1,1%	
Extratos tanantes e tintoriais	7.909	1,1%	
Subtotal	598.300	80,3%	
Demais Produtos	146.565	19,7%	
Total Geral	744.865	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/Comtrade.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MALDIVAS**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS ⁽¹⁾	2002	2003	2004	2005	2006
(US\$ mil, FOB)					
Exportações	960	1.071	1.614	2.029	2.382
Varição em relação ao ano anterior	35,4%	11,6%	50,7%	25,7%	17,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	0	0	2	1	1
Varição em relação ao ano anterior	n.c.	n.c.	n.c.	-93,9%	70,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	960	1.071	1.616	2.030	2.383
Varição em relação ao ano anterior	35,4%	11,6%	50,9%	25,6%	17,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	960	1.071	1.612	2.028	2.381

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de pelo e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

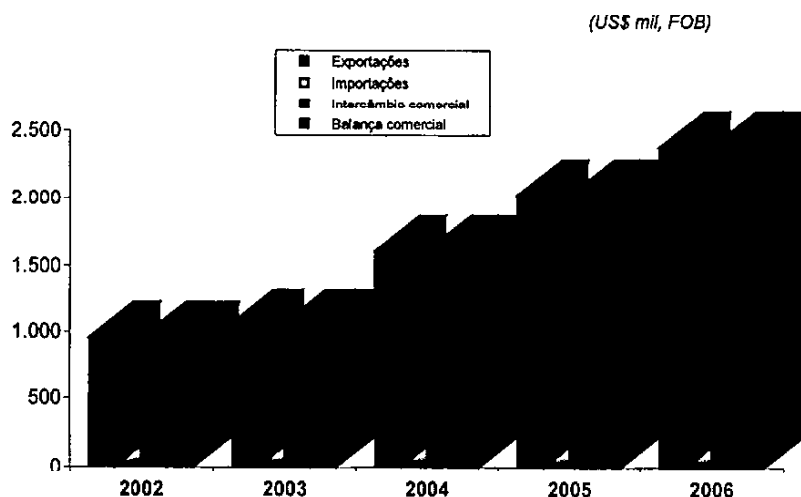
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS ⁽¹⁾	2006 (jan-jul)	2007 (jan-jul)
(US\$ mil, FOB)		
Exportações	1.100	2.268
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	29,7%	106,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	1	18
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	90,4%	1276,4%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	1.101	2.286
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	29,8%	107,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	1.099	2.250

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Hong Kong e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS
2002-2006**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MALDIVAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	1.478	91,6%	1.869	92,1%	2.127	89,3%
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congeladas	1.075	66,6%	1.475	72,7%	1.170	49,1%
Pedaços e miudezas, comestíveis, de galos/galinhas, congelados	120	7,4%	171	8,4%	533	22,4%
Carnes desossadas de bovino, congeladas	268	16,6%	213	10,5%	415	17,4%
Carnes de perus/pernas, não cortadas em pedaços, congeladas	16	0,0%	11	0,5%	0	0,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	115	7,1%	126	6,2%	168	7,1%
Enchidos de carne, miudezas, sangue, suas prepar. aliment.	115	7,1%	126	6,2%	168	7,1%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	0	0,0%	10	0,5%	30	1,3%
Subtotal	1.593	98,7%	2.005	98,8%	2.325	97,6%
Demais Produtos	21	1,3%	24	1,2%	57	2,4%
TOTAL GERAL	1.614	100,0%	2.029	100,0%	2.382	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MALDIVAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MALDIVAS (US\$ mil - fob)	2 0 0 4	% no total	2 0 0 5	% no total	2 0 0 6	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Mãos e biquínis, de banho, exceto de malha	0	0,0%	0	0,0%	1	100,0%
Vestuário e seus acessórios, de malha	0	0,0%	1	92,8%	0	0,0%
Camisas de malha de algodão, de uso masculino	0	0,0%	1	92,8%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2	100,0%	0,1	7,2%	0	0,0%
Outs. circuitos integrados monolít. digitais	0	0,0%	0,1	7,2%	0	0,0%
Outs. circuitos integrados digitais-analógicos	2	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal	2	100,0%	1	100,0%	1	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	2	100,0%	1	100,0%	1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2006.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MALDIVAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS (US\$ mil - fob)	2 0 0 6 (jan-jul)	% no total	2 0 0 7 (jan-jul)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	966	87,8%	2.073	91,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	91	8,3%	98	4,3%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico	20	1,8%	59	2,6%
Preparações alimentícias diversas	21	2,0%	23	1,0%
Subtotal	1.098	99,9%	2.253	99,3%
Demais Produtos	2	0,1%	15	0,7%
TOTAL GERAL	1.100	100,0%	2.268	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Penas e penugem preparadas, e suas obras, etc.	-	0,0%	15	87,1%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1	100,0%	1	7,6%
Vestuário e seus acessórios, de malha	-	0,0%	1	5,2%
Subtotal	1	100,0%	18	100,0%
Demais Produtos	-	0,0%	(0)	0,0%
TOTAL GERAL	1	100,0%	18	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2007.

Aviso nº 1.066 - C. Civil.

Em 25 de outubro de 2007.

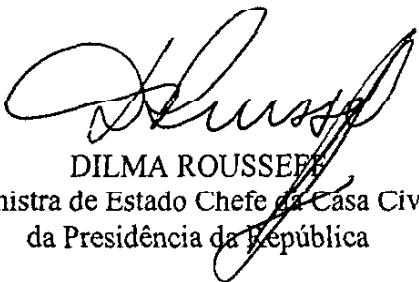
A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCO ANTONIO DINIZ BRANDÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os *agréments* dos governos desses países.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 31/10/2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES DO SENADO FEDERAL - BRASILIA - DF

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

(OS:16470/2007)